

Acção Socialista



N.º 1354 OUTUBRO 2010

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Entrevista a Pedro Silva Pereira

“PROJECTO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL DO PS GARANTE ESTADO SOCIAL ESTABILIDADE POLÍTICA E FINANCEIRA”



É uma “pura ilusão” a ideia da “neutralidade ideológica” vertida no projecto de revisão constitucional apresentado pelo PSD, porque tem “uma marca clara” ao querer um “Estado mínimo” em sectores como a saúde e a educação, acusa o secretário nacional, Pedro Silva Pereira. A “principal diferença” entre os projectos socialista e social-democrata diz respeito ao

entendimento sobre o Estado Social, que o PS quer ver reforçado, nomeadamente na área da educação. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Pedro Silva Pereira sublinha que a proposta de revisão do nosso partido tem como objectivo aperfeiçoar o texto da Lei Fundamental, em particular no que respeita à estabilidade política e financeira do país.

P.6



Parlamento
Aprovado
OE para
2011

P.2



Fórum Educação
Escola
pública
para todos

P.14



Presidenciais
Alegre
inaugurou
sede de
campanha

P.19

Federações

**Eleitas novas direcções
políticas distritais do PS**

P.20

Internacional

**Portugal no Conselho de
Segurança da ONU**

P.18

Participam
neste número

**Jorge Fão,
Artur Penedos,
Miguel Freitas,
Luís Pita
Ameixa, João
Sequeira, Luís
Miguel Ferreira**

Nesta edição
Suplementos



Aprovado o Orçamento que Portugal precisa para 2011

O Orçamento do Estado para 2011 foi aprovado na generalidade com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PSD e os votos contra do CDS-PP, BE, PCP e PEV. A votação final global do documento está marcada para o dia 26 de Novembro.

MARY RODRIGUES

O RESULTADO da votação parlamentar satisfaz o primeiro-ministro, José Sócrates, que garantiu que o Governo vai imediatamente concentrar-se na execução orçamental para que Portugal, em 2011, consiga um dos menores défices da Europa.

Em declarações aos jornalistas, na Assembleia da República, depois de concluída a votação, Sócrates manifestou a “satisfação do Governo por ter ultrapassado esta batalha do Orçamento do Estado”.

“Hoje o país tem o Orçamento que precisa de ter”, disse, sublinhando que “é muito importante que haja sucesso na execução orçamental, porque o seu objectivo é defender a economia, o emprego e o nosso modelo social, que depende do financiamento externo”.

Para José Sócrates, a execução do Orçamento para 2011 “terá de ter sucesso com um objectivo fundamental: proteger Portugal da crise financeira internacional” e retirá-lo, de vez, “do grupo de países mais afectados” por ela.

Encerrado este ciclo de negociações e debate, com a aprovação na generalidade do OE 2011, a bancada parlamentar do PS e o Governo anteciparam outro – o do debate na especialidade –, adiantando desde já o espírito que vai pautar as próximas semanas até à votação final global, no dia 26.

E fizeram-no pelas vozes do líder parlamentar socialista, Francisco Assis, e do ministro da Defesa, Augusto Santos Silva.

Assis sublinhou que “a questão decisiva para os próximos tempos” será a de saber se o PSD vai dar continuidade a “uma responsabilidade de elevadíssimo grau”, que, venceu, “não pode nem deve ser alienada”.

Sendo claro que o PS e o Executivo não co-responsabilizam o principal partido da oposição pela governação do país, exige-se que o PSD cumpra com o compromisso firmado para viabilização do Orçamento de Estado, pelo que Francisco Assis questionou a bancada laranja sobre a futura actuação do partido liderado por Pedro Passos Coelho.

“A actuação do PSD vai depender da convicção ou do cálculo? Estará

disponível para o diálogo ou vai preferir a ameaça?”, perguntou, para de seguida frisar que “nós nunca respondemos à ameaça com medo, nem à arrogância com subserviência. Não fugimos, não abdicamos; resistimos e não desistimos de ser nós próprios”.

Manifestamente consciente de que “os próximos tempos serão difíceis e exigentes”, o presidente do GP/PS defendeu que, por isso mesmo, Portugal vai precisar de uma classe política mais aberta e tolerante, em prol do entendimento e do compromisso.

Também Augusto Santos Silva falou das dificuldades que se perfilam no horizonte nacional, numa substancial intervenção com que encerrou o debate na generalidade do OE 2011.

Tempo de acabar com a incerteza

Chamado à primeira linha do combate político, o ministro da Defesa recordou ao PSD que “a hesitação, as contradições e os tabus já custaram semanas de incerteza ao país numa questão politicamente tão decisiva como a aprovação do Orçamento de Estado”.

E acrescentou, tendo em vista o debate na especialidade do referido documento, que “os portugueses pagaram por isso um preço inútil”, pelo que “essa incerteza não pode ser prolongada mais tempo”.

Recorrendo a figuras da mitologia romana para caracterizar a distância entre o discurso proferido por Manuela Ferreira Leite e as intervenções da direcção da bancada laranja, Santos Silva apontou: “Que a senhora deputada possa ser nesta hora o Mercúrio (deus mensageiro) capaz de transmitir ao indeciso Janus (deus das portas) palavras de sensatez e de responsabilidade”.

Sobre “a fala a várias vozes [do PSD] e o olhar em diferentes direcções de Janus”, sublinhou a admoestação pública feita poucas horas antes por Ferreira Leite ao seu próprio partido e, por último, disse que os tempos actuais exigem “a coragem e a sabedoria de Minerva” (deusa da sabedoria).

Por sua vez, e durante o segundo



e último dia de debate da proposta de OE 2011, o ministro da Economia, Vieira da Silva desdramatizou a influência das divergências entre Governo e PSD nas avaliações dos mercados, considerando, porém, que é preciso mostrar que existe “um entendimento sobre os problemas”.

Depois, afirmou que o Governo não receia o julgamento dos portugueses em eleições e defendeu que a alternativa à consolidação das contas públicas representaria a “marginalização” e “subalternização” de Portugal.

“Nenhuma demagogia pode iludir que sem um reequilíbrio das contas públicas poderá Portugal responder à crise internacional de financiamento externo. Se Portugal escolhesse outra opção, representaria a sua marginalização e subalternização”, sustentou o ministro da Economia, explicando de seguida o que esteve

na origem do crescimento do défice a partir de 2008.

Segundo Vieira da Silva, mais de 40% do crescimento do défice deveu-se à contracção de receitas, 32% ao aumento das prestações sociais e cerca de 17% a aumentos de capital.

“Ao longo de 2009, da direita à esquerda, neste Parlamento, não ouvi ninguém criticar o que se fez e, pelo contrário, todos exigiam mais execução do investimento”, disse, antes de condenar quem quer fazer crer que “há um processo fácil e indolor de consolidação orçamental, bastando para tal fazer um corte aqui e outro ali”.

“É falso. E não tem autoridade moral para nos criticar quem no passado falhou nas suas políticas e nos seus resultados”, declarou.

Estabilidade e concertação

De referir que o segundo dia de

debate na generalidade do OE2011 ficou marcado por um clima de discussão muito menos crispado do que na véspera, ocasião na qual o primeiro-ministro precisou de chamar a atenção, com veemência, para o carácter crucial do momento que o país vive e para a responsabilidade que devem assumir todos os agentes políticos, quer no Governo, quer na oposição.

Na sua intervenção de abertura do debate na generalidade do OE 2011, José Sócrates defendeu que a execução deste Orçamento exige “estabilidade política” e “concertação”, advertindo que Portugal não pode ficar “refém” de “cálculos eleitorais” e de “tácticas partidárias”.

“Pode haver quem olhe para a aprovação do Orçamento como uma operação meramente táctica, através da qual se evitaria uma crise política agora para precipitá-la já daqui a pouco. Mas, lamento dizê-lo, quem



assim pensa desvaloriza o interesse nacional”, afirmou o primeiro-ministro, sustentando de seguida que se o Parlamento soube agora “garantir a aprovação do Orçamento”, há ainda “maior obrigação de garantir, ao longo do ano orçamental de 2011, as condições de estabilidade e compromisso que são necessárias aos cumprimento dos objectivos e à concretização das medidas” que agora são aprovadas.”

Perante a Assembleia da República, Sócrates evidenciou que a opção do Governo sempre foi a da via do diálogo.

“Enquanto outros se entretinham ainda com um jogo de ultimatos e ameaças de crise política – revelando total inconsciência das responsabilidades do momento –, o Governo fez o que devia fazer: tomou a iniciativa de convidar formalmente o maior partido da oposição para uma negociação prévia do Orçamento. Uma

negociação que, se não tivesse sido precipitadamente rejeitada por mero calculismo político, teria poupado o país a uma longa e dispensável incerteza”, disse.

Neste ponto, afirmou-se convicto de que o acordo entre Governo e PSD para a viabilização do Orçamento foi celebrado de “boa fé” e, como tal, as partes saberão impedir que esta proposta seja desvirtuada na especialidade, sustentando igualmente que o executivo não terá receio em assumir a responsabilidade pela execução orçamental no próximo ano.

“Mas quem não quiser partilhar a responsabilidade não poderá partilhar o resultado. É que quem quer deixar sempre nos ombros dos outros o peso de decisões difíceis não merece o reconhecimento que é devido à determinação na acção e no cumprimento dos objectivos”, considerou.

BRUXELAS SAÚDA APROVAÇÃO DE OE 2011

A COMISSÃO Europeia saudou, em Bruxelas, a aprovação do Orçamento de 2011 e alertou para a necessidade de os esforços de consolidação orçamental continuarem nos próximos anos.

“A redução do défice orçamental de 7,3 para 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) é apropriada para começar a controlar a dinâmica da dívida pública”, disse o porta-voz comunitário para a Política Económica.

O primeiro-ministro deixou também críticas às forças políticas que desde o início anunciaram o seu voto contra a proposta orçamental do Governo [CDS, Bloco de Esquerda e PCP], dizendo que tal atitude revelou bem “quem se quis furtar, liminarmente, ao encargo da responsabilidade institucional e da procura do compromisso político”.

Em relação à forma de compensar os 500 milhões de euros em falta no Orçamento para 2011, resultante das negociações com o PSD para viabilização do documento, o líder do Executivo disse que serão conseguidos “com uma redução genérica, nos diferentes sectores da despesa pública primária, e com um aumento da receita não fiscal”.

“Isso é que dará equilíbrio ao Orçamento de Estado para 2011”, acrescentou.

Por seu turno, o ministro das Finanças garantiu que o corte para

neutralizar a perda de receita resultante do acordo com o PSD “não será um corte cego”, adiantando que as medidas adicionais para este fim serão apresentadas na especialidade.

Teixeira dos Santos fez questão de deixar claro que o acordo com o PSD “tem de ser levado até ao fim” e que o Governo “tudo fará” para atingir a meta de 4,6% de défice em 2011.

Todavia, considerou que a ideia de que os sacrifícios podem ser aliviados “é criar uma ilusão perigosa os portugueses e às perspectivas do país”.

Durante a sua intervenção, o titular da pastada Finanças respondeu ainda a Paulo Portas, responsabilizando o CDS-PP por ter participado de um Governo que “escondeu, que sub-orçamentou” e acusando-o de não querer saber da consolidação orçamental por estar apenas preocupado com um orçamento “que satisfaça as suas clientelas”.

Reforçar consolidação e assegurar financiamento



Reforçar a consolidação orçamental, garantir o financiamento da economia e assegurar a sustentabilidade das políticas públicas, evitando, simultaneamente, a paragem da economia

e o agravamento do desemprego, são os princípios orientadores da proposta de Orçamento de Estado para 2011 (OE 2011) apresentada pelo Governo.

O DOCUMENTO entregue à Assembleia da República inclui cortes significativos em áreas importantes da despesa sem comprometer, o Serviço Nacional de Saúde, a escola pública, a protecção social que é devida aos cidadãos, conforme garantiu, em diversas ocasiões, o ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos.

Assim, as medidas previstas incluem a redução da despesa pública em 3420 milhões de euros (representando 2% do Produto Interno Bruto – PIB) e o aumento da receita em 1700 milhões de euros (1% do PIB).

O ministro Teixeira dos Santos tem deixado claro que, no âmbito da proposta orçamental em causa, o Executivo procurou fazer um trabalho permanente de redução de despesas e identificação de medidas de corte de gastos, mas recusou cortes cegos.

Neste sentido, as prioridades para o próximo ano passam essencial-

mente pela aceleração da consolidação mediante medidas transversais e sectoriais de diminuição da despesa e aumento de impostos. Passam igualmente pela melhoria da nossa competitividade, através da contenção salarial e da redução dos custos de contexto e apoio às empresas exportadoras. E passam ainda pela manutenção do apoio aos cidadãos e às famílias mais carenciados.

Considerando toda a polémica levantada em torno da votação parlamentar do OE 2011, o ministro da tutela alertou em diversas ocasiões sobre as dificuldades e riscos que o país enfrentaria no caso de não dispor de um Orçamento que enuncie um conjunto de medidas que reduzam o défice e contribuam para a diminuição da dívida pública, bem como para restaurar a confiança dos mercados internacionais.

Por esse motivo, quer Teixeira dos Santos quer o primeiro-ministro, José Sócrates, desde o início ma-

nifestaram “total disponibilidade” para negociar com a oposição.

Refira-se que, com vista a garantir a correcção das contas públicas e atingir a meta dos 4,6% do PIB para o défice orçamental de 2011, a proposta de OE 2011 materializa um conjunto de medidas significativo e abrangente, que envolve a diminuição das principais rubricas de despesa – despesas com pessoal, prestações sociais, incluindo o Serviço Nacional de Saúde, transferências para outros subsectores do Estado (autarquias e regiões autónomas), entre outros – e o aumento da receita fiscal e contributiva (ver caixa).

Em termos de previsões macroeconómicas, prevê-se que as exportações constituirão o principal motor do crescimento económico, com um aumento esperado de 7,3%.

Por sua vez, espera-se que o consumo público e privado registem uma variação negativa.

Deste modo, a quebra de todas

as componentes da procura interna reflectir-se-á na contracção das importações, contribuindo para uma redução do défice da balança comercial e, consequentemente, das necessidades de financiamento da economia, em 2011.

Quanto ao desemprego, o Executivo prevê que se verifique uma taxa média anual de 10,8%.

Medidas urgentes e necessárias

As medidas para o Orçamento do Estado para 2011 e para reforço da execução orçamental de 2010 representam um esforço adicional no sentido de assegurar o equilíbrio das contas públicas, essencial para defender a credibilidade internacional do país e, assim, garantir o regular financiamento da economia portuguesa, bem como a sustentabilidade das políticas sociais.

Para a redução da despesa em 2011, o Governo decidiu reduzir os salários dos órgãos de soberania e da

Administração Pública, incluindo institutos públicos, entidades reguladoras e empresas públicas.

Esta redução é progressiva e abrangerá apenas as remunerações totais acima de 1500 euros por mês, incidindo sobre o total de salários e todas as remunerações acessórias dos trabalhadores, independentemente da natureza do seu vínculo.

Com a aplicação de um sistema progressivo de taxas de redução a partir daquele limiar, obter-se-á uma redução global de 5% nas remunerações.

Também com vista à redução da despesa, o Executivo decidiu congelar as pensões, as promoções e progressões na função pública e as admissões, reduzindo ainda o número de contratados.

Cortar as ajudas de custo, horas extraordinárias e acumulação de funções, eliminando a acumulação de vencimentos públicos com pensões do sistema público de aposentação, as despesas no ambi-

to do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente com medicamentos e meios complementares de diagnóstico, os encargos da ADSE e reduzir em 20% as despesas com o Rendimento Social de Inserção são também medidas contempladas na proposta de OE 2011.

O Governo considera ainda necessário eliminar o aumento extraordinário de 25% do abono de família no primeiro e segundo escalões desta prestação e eliminar o quarto e o quinto.

O Executivo considera ainda necessário reduzir as transferências do Estado para o ensino e subsectores da Administração (autarquias e regiões autónomas, serviços e fundos autónomos), as despesas no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PI-DDAC), as despesas com indemnizações compensatórias e subsídios às empresas e, em 20%, as despesas com a frota automóvel do Estado.

Extinguir ou fundir organismos da Administração Pública directa e indirecta, reorganizar e racionalizar o sector empresarial do Estado, reduzindo o número de entidades e o número de cargos dirigentes, são outras medidas que visam igual-



mente uma diminuição da despesa estatal.

Já no que respeita ao reforço da receita em 2011, a proposta de OE aponta para a redução da despesa fiscal, mediante a revisão das deduções à colecta do IRS (já previsto no Programa de Estabilidade e

Crescimento – PEC), dos benefícios fiscais para pessoas colectivas e da convergência da tributação dos rendimentos da categoria H com regime de tributação da categoria A (também previsto no PEC).

No sentido de se conseguir, ao mesmo tempo, um aumento da

receita fiscal, considera-se necessário proceder a um agravamento da taxa normal do IVA em dois pontos percentuais, rever as tabelas anexas ao Código do IVA e impor uma contribuição ao sistema financeiro em linha com a iniciativa em curso no seio da União Europeia.

Por outro lado, e visando o aumento da receita contributiva, o Governo prevê elevar, em um ponto percentual, a contribuição dos trabalhadores para a Caixa Geral de Aposentações, alinhando-a com a praticada para a Segurança Social.

Quanto ao objectivo de aumentar a receita não fiscal, o Executivo propôs uma revisão geral do sistema de taxas, multas e penalidades, no sentido da actualização dos seus valores e do reforço da sua fundamentação jurídico-económica.

Outras receitas não fiscais previsíveis serão as que resultem de concessões várias, como jogos, explorações hídricas e telecomunicações.

Relativamente a 2010, o compromisso firme de alcance da meta orçamental do défice de 7,3% do PIB é reforçado através da antecipação de várias das medidas elencadas.

Por último e no que diz respeito à despesa extraordinária relativa à aquisição dos submarinos (contrato celebrado em 2004) e à execução abaixo do previsto da receita não fiscal, estas serão compensadas pela receita extraordinária decorrente da transferência de planos de pensões da Portugal Telecom para o Estado. **M.R.**

GOVERNO E PSD SELAM ACORDO DE VIABILIZAÇÃO

COM vista a viabilizar a proposta de Orçamento de Estado para 2011 (OE 2011) e reforçar a sustentabilidade das finanças públicas, o Governo e o PSD mantiveram várias reuniões de trabalho complementadas com contactos bilaterais entre o ministro Teixeira dos Santos e Eduardo Catroga, chefes das respectivas delegações.

Na sequência deste esforço de aproximação, as partes estabeleceram um protocolo de entendimento que valerá para a discussão na especialidade do OE 2011, acordando, à partida, que os ajustamentos à proposta orçamental não poderiam comprometer a meta do défice de 4,6% assumida pelo Executivo para 2011.

Assim, analisados os condicionalismos existentes nas contas públicas e reavaliada a possibilidade de reforço do objectivo da redução da despesa pública corrente primária definida para o próximo ano, Governo e PSD acordaram que, no âmbito do Imposto de Rendimentos Singulares (IRS), vai manter-se o actual sistema de deduções fiscais para os gastos das famílias com educação, saúde e habitação, excepto no caso dos dois últimos escalões da tabela contributiva, correspondentes aos rendimentos mais elevados.

Uma vez que, no entendimento do Executivo, a credibilidade internacional do esforço pela consolidação orçamental em Portugal exige, imperativamente, o aumento da receita fiscal em sede de Imposto de Valor Acrescentado (IVA) através de um agravamento de dois pontos percentuais, chegou-se também a um acordo nesta rubrica, mas com a introdução de alguns “aperfeiçoamentos”.

Não haverá alteração da composição actual dos vários grupos de produtos a que se aplicam a taxa de IVA reduzida, a taxa intermédia e a taxa normal, em particular nos bens alimentares essenciais e arrancará oportunamente um programa de redução sustentada da Taxa Social Única (TSU) paga pelas empresas.

Quanto às parcerias público-privadas e concessões que implicam encargos para os contribuintes, as delegações do Executivo e do principal partido de oposição convergiram na necessidade de as reponderar e reavaliar, atendendo ao contexto actual de financiamento da economia portuguesa, o qual obriga à redefinição de prioridades na afectação de recursos.

Para levar a cabo esta tarefa, acordou-se a criação de um grupo de trabalho, constituído por personalidades independentes e qualificadas, que será dotado de meios de apoio necessários. **M.R.**

PRINCIPAIS MEDIDAS DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL – OE 2011

IMPACTO
% do PIB

Redução da Despesa	2,0
Redução das despesas de funcionamento do Estado Redução progressiva dos salários da Administração Pública, institutos públicos e órgãos de soberania, para valores totais de remunerações acima de 1500 euros por mês, com consequente redução de 5% nas remunerações Congelamento das promoções e progressões na Função Pública Congelamento de admissões e redução do número de contratados Redução das ajudas de custo, horas extraordinárias e acumulação de funções, incluindo a acumulação de vencimentos públicos com pensões do sistema público de aposentação Redução em 20% das despesas com a frota automóvel do Estado	0,6
Redução das despesas com prestações sociais (Segurança Social e ADSE) Congelamento das pensões em 2011 Redução em 20% nas despesas com o Rendimento Social de Inserção Eliminação do aumento extraordinário de 25% do abono de família nos 1.º e 2.º escalões e eliminação dos 4.º e 5.º escalões desta prestação Redução dos encargos da ADSE	0,6
Redução das despesas no âmbito do Serviço Nacional de Saúde	0,3
Redução das transferências do Estado para outros subsectores da Administração	0,2
Redução das despesas no âmbito do PIDDAC	0,2
Outras medidas de redução de despesa Redução das despesas com indemnizações compensatórias e subsídios às empresas Extinção/fusão de organismos da Administração Pública directa e indirecta Implementação de um plano de reorganização e racionalização do SEE	0,1
Aumento da receita fiscal	1,0
Redução da despesa fiscal Alteração do sistema de deduções e de benefícios fiscais no âmbito do IRS (já prevista no PEC) Revisão dos benefícios fiscais para pessoas colectivas Convergência da tributação dos rendimentos da categoria H com o regime de tributação da categoria A (já prevista no PEC)	0,4
Aumento da receita fiscal Aumento de 2 pontos percentuais da taxa normal de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) Revisão das tabelas anexas ao Código do IVA Imposição de uma contribuição ao sistema financeiro em linha com a iniciativa em curso na UE	0,6

Pedro Silva Pereira

“Projecto de revisão constitucional do PS garante Estado Social e promove estabilidade política e financeira”



Uma “manifesta inoportunidade” face aos desafios que se colocam ao país para enfrentar a crise internacional é como o secretário nacional do PS, Pedro Silva Pereira, classifica o momento escolhido pelo PSD para apresentar o seu projecto de revisão constitucional, que, acusa, pretende pôr em causa o consenso em torno do Estado Social. Ao invés, sublinha, o projecto socialista preconiza o reforço das garantias constitucionais, em particular na área da educação.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, Pedro Silva Pereira, que coordenou o grupo de trabalho encarregue de preparar o projecto do PS de revisão da Lei Fundamental, aponta como “marca fundamental” do texto apresentado o contributo para a “estabilidade política”, através da introdução da moção de censura construtiva e, também, para a “estabilidade financeira”, porque prevê a possibilidade de associar à aprovação do Orçamento do Estado a apresentação de um voto de confiança.

A apresentação do projecto foi feita sob uma base de protesto. Porquê?

É verdade que o Partido Socialista declarou que apresentava o seu projecto de revisão constitucional sob protesto, por um motivo que é cada vez mais evidente para todos os portugueses. Este processo de revisão constitucional não faz sentido neste momento. Por duas razões: primeiro, o país devia estar concentrado no enfrentar dos efeitos da crise económica internacional; em

segundo lugar, porque estamos em vésperas de eleições presidenciais e o PSD pretende introduzir no debate político a discussão do estatuto, do mandato e dos poderes do Presidente da República – e isso, realmente, não faz sentido. É, portanto, uma crítica à manifesta inoportunidade da iniciativa do PSD.

Daí que a proposta do PS contemple que a abertura de um novo processo de revisão constitucional só possa ser efectuada com

uma maioria parlamentar.

De acordo com as regras actuais o Parlamento está totalmente condicionado à iniciativa do primeiro deputado (nem é preciso que seja um grupo parlamentar) que apresente um projecto de revisão constitucional. Ora, isso não faz nenhum sentido. Não pode haver um deputado, ou um grupo parlamentar, que obrigue todo o Parlamento, contra vontade, a lançar-se num processo de revisão constitucional. Portanto, o que defendemos, é que,

de futuro, independentemente da liberdade da apresentação de projectos, a Assembleia da República possa, por maioria, mesmo em sede de revisão ordinária, deliberar sobre a abertura do processo de revisão constitucional.

O projecto de revisão constitucional apresentado pelo Partido Socialista distingue-se pela vertente social e afasta-se, nitidamente, da proposta do PSD. Há ou não um reforço desses pilares?

A principal diferença entre o projecto do PSD e o projecto do PS diz realmente respeito ao Estado Social. O PSD concebeu todo este processo de revisão constitucional como uma oportunidade para provocar uma ruptura com o consenso político e social que está consolidado na sociedade portuguesa a propósito do Estado Social. E preconiza recuos, quer no que diz respeito ao Serviço Nacional de Saúde, quer no que diz respeito à escola pública, quer até no que diz

respeito, também, à protecção dos direitos dos trabalhadores em caso de despedimento.

Pelo contrário, o projecto de revisão constitucional do Partido Socialista preconiza um reforço das garantias constitucionais de salvaguarda do Estado Social, em particular no domínio da educação, visto que introduzimos, expressamente, a gratuitidade do ensino secundário, também como um nível de ensino obrigatório. Portanto: obrigatório e gratuito, o que hoje a Constituição não contempla.

O projecto de revisão constitucional do Partido Socialista propõe uma maior estabilidade política. A introdução da moção de censura construtiva é o mecanismo mais sensato?

Uma marca fundamental do projecto de revisão constitucional do Partido Socialista é o contributo para a estabilidade política e financeira porque, como estamos aliás a ver, não basta assegurar a manutenção do Governo em funções, é preciso dar-lhe as condições mínimas efectivas de governar. Em particular quando o Governo não tem maioria absoluta. Por isso, propomos duas medidas. De um lado, do lado do sistema político, a moção de censura construtiva. Do outro, do lado da componente financeira, a possibilidade de associar à aprovação do Orçamento de Estado a apresentação de um voto de confiança para que o Parlamento tenha total consciência das consequências de negar ao Governo em funções o instrumento básico para a governação, que é o Orçamento.

A moção de censura construtiva é uma proposta que o Partido Socialista já apresentou várias vezes em sede de revisão constitucional e visa uma coisa muito simples: a Assembleia da República pode, com certeza, votar uma moção de censura provocando a demissão do Governo mas desde que tenha uma alternativa para o país. Desde que tenha uma alternativa de governação. O que não pode é provocar-se uma crise política sem nenhuma saída. É por isso que, de acordo com a figura da moção de censura construtiva, a oposição deve apresentar um primeiro-ministro alternativo no mesmo momento em que propõe a censura.

Os partidos mais à esquerda do PS dizem que com esta medida o PS quer eternizar os governos minoritários...

Não, de todo. O Partido Socialista quer assegurar a estabilidade política. A estabilidade política é um valor para a governação. Compreendo que alguns partidos da esquerda parlamentar, que vivem do protesto e que não se têm distinguido pela postura construtiva para a solução dos problemas, estejam menos preocupados com a governabilidade. Mas a verdade é que aquilo que pretendemos, como outros países fazem, é assegurar ao

Governo em funções condições de governabilidade, porque nós precisamos de ter estabilidade no desenvolvimento das políticas. E o princípio de que as legislaturas se cumprem até ao fim, é um princípio salutar.

A audição prévia do presidente da Assembleia Legislativa Regional num eventual processo de dissolução parlamentar tem suscitado algumas considerações. O projecto do PS propõe o que neste âmbito?

O projecto do Partido Socialista propõe exactamente o mesmo modelo para a dissolução da Assembleia da República e para a dissolução da Assembleia Legislativa Regional. Isto é, para além da audição dos partidos políticos

foi essa a preocupação. Nunca foi esse o nosso objectivo. A única coisa que pretendíamos assegurar era a audição prévia dos órgãos de governo próprio da Região, num momento em que o Presidente da República intervém intensamente para dissolver a assembleia representativa. Isso consegue-se com esta solução. Sem nenhuma distinção de ou procedimento entre dissolução da Assembleia da República e a dissolução da Assembleia Regional.

No que concerne à regionalização o texto da proposta de revisão constitucional do Partido Socialista pretende simplificar o instituto do referendo. De que forma é que isso será feito e porquê?

De facto, a Constituição actual tem um procedimento excessiva-

Democrata entra de facto nessa matéria, na pior das alturas. Pretende alargar o mandato do Presidente da República, tal como propõe acrescentar poderes e competências do Presidente. Ora, nós achamos que não faz nenhum sentido estar a discutir essas matérias ao mesmo tempo que decorre a campanha presidencial. Pelo contrário, nós precisamos de saber qual é o estatuto constitucional do Presidente da República que vamos eleger! Por isso, o projecto do Partido Socialista, nessa matéria, é bastante contido, não só porque pensamos que este não é o momento oportuno mas também por acreditarmos que não é necessária uma alteração substantiva do estatuto do Presidente da República.

Aliás, mesmo quando propomos

político do partido que ganhe as eleições. O PSD já governou muitos anos na nossa democracia com estes pilares do Estado Social. Se alguma coisa mudou, foi o PSD, com a sua nova direcção. Não pode aceitar-se a ideia de que agora nós poderíamos construir e desconstruir o Serviço Nacional de Saúde, ou construir e desconstruir a escola pública, de cada vez que muda o Governo. Porque é muito fácil destruir esses pilares do Estado Social, mas reconstruí-los é muito mais difícil. Portanto, faz sentido que a Constituição estabilize um consenso social a propósito dos grandes sistemas públicos de protecção social. Esse consenso está estabelecido e não vejo nenhum movimento na sociedade portuguesa para acompanhar o PSD nesta sua aventura.

O Partido Socialista tem dado muita atenção às questões da igualdade. O que é que o projecto da revisão constitucional prevê neste campo?

O nosso projecto é fiel à tradição de valores do Partido Socialista ao consagrar, em desenvolvimento do princípio da igualdade, a expressa proibição das discriminações em razão do género. De facto, em vários domínios o Partido Socialista tem tomado a dianteira nas iniciativas a favor da igualdade de género, sendo a mais significativa delas, porventura, a Lei da Paridade. A alteração que propomos para o artigo 13º da Constituição inscreve-se nessa orientação, que honra a tradição do PS na área social e na sua luta pela igualdade.

Para terminar neste tempo de dificuldades perante a conjuntura internacional e nacional, quer deixar uma mensagem para os militantes do PS?

Queria que ficasse claro para os militantes do Partido Socialista que nós não confundimos as nossas prioridades. A prioridade do Partido Socialista está na governação do país e no enfrentar das consequências da crise internacional. O Partido Socialista apresenta este projecto de revisão constitucional porque todos os partidos têm de que o fazer no prazo de 30 dias depois do primeiro projecto ser apresentado. Mas fazemo-lo de forma muito contida. O nosso projecto é aquele que altera menos artigos da Constituição, exactamente porque não achamos que o país tenha um problema com a sua Constituição. Certamente, podemos sempre introduzir aperfeiçoamentos e é esse o espírito do projecto do Partido Socialista. Mas apresentamos este projecto, sobretudo, para que ele possa constituir uma oportunidade de reforçar o consenso social a propósito daquilo que fundamentalmente nos une, na Constituição. É que a Constituição não deve ser usada para dividir artificialmente os portugueses, mesmo que isso seja conveniente para a agenda política de um partido da oposição.



“O PSD concebeu todo este processo de revisão constitucional como uma oportunidade para provocar uma ruptura com o consenso político e social, que está consolidado na sociedade portuguesa, a propósito do estado social e preconiza recuos, quer no que diz respeito ao Serviço Nacional de Saúde, quer no que diz respeito à escola pública, quer até, no que diz respeito também à protecção dos direitos dos trabalhadores em caso de despedimento”

representados na Assembleia e do Conselho de Estado, o Presidente da República deve ouvir previamente o presidente da Assembleia que é suposto ser dissolvida. Faz todo o sentido que o presidente do órgão que é atingido tenha conhecimento prévio e se possa pronunciar, dando o seu contributo para a decisão que o Presidente deve tomar. Isto significa introduzir na Constituição esta audição do presidente da Assembleia - quer na dissolução para a Assembleia da República, quer na dissolução da Assembleia Legislativa Regional. Neste caso, o Presidente a ser ouvido, será o presidente da Assembleia Regional.

Com esta medida que faz parte do projecto de revisão constitucional do Partido Socialista responde-se, também, a uma questão muito discutida a propósito do Estatuto dos Açores. Alegou-se que o PS pretendia introduzir um procedimento mais exigente para a dissolução da Assembleia Legislativa, do que para a dissolução da Assembleia da República. Nunca

mente pesado e complexo para a concretização da regionalização, que não faz sentido. No modelo actual há como que um duplo referendo. É preciso que os cidadãos a nível nacional se pronunciem a favor da regionalização, mas é preciso também que nenhuma das regiões se oponha à instituição em concreto da regionalização. Se alguma o fizer, é como se exercesse um direito de veto que bloqueia a regionalização para todo o país. Portanto, o que propomos é acabar com este duplo referendo. Continuará sempre a ser necessário um referendo. Isso faz todo o sentido, por escrupulo democrático - e até pelo respeito pelo resultado do anterior referendo sobre a regionalização. Mas não é preciso haver duplo referendo.

O PSD durante o processo de discussão de revisão constitucional decidiu mexer nos poderes do Presidente da República. Como é que o PS vai abordar esta questão?

O projecto do Partido Social

a moção de censura construtiva, fazemo-lo sem retirar ao Presidente a possibilidade de, em vez de nomear o primeiro-ministro indicado numa moção de censura, optar por dissolver o Parlamento. Essa competência mantém-se intacta nas mãos do Presidente da República.

Poder-se-á dizer, que o projecto do PSD se aproxima do neoliberalismo, querendo introduzi-lo no texto da Lei Fundamental?

Não há dúvida de que a ideia da neutralidade ideológica do projecto do PSD é uma pura ilusão. Pelo contrário, o projecto do PSD tem uma marca ideológica clara e quer substituir um consenso a propósito do Estado Social, da protecção social do Estado - na saúde e na educação - por uma outra visão de um Estado Social recuado, para não dizer um Estado mínimo nesses sectores críticos da protecção social. E não vale o argumento de que isso é necessário, ou seria necessário, para permitir a execução do programa político do PSD, ou do programa

OPINIÃO



JORGE FÃO
Deputado PS

A República no futuro tem naturalmente que aprofundar e aperfeiçoar constantemente estes avanços civilizacionais, mas sobretudo tem que ser mais crítica e exigente

O FUTURO DA REPÚBLICA A REPÚBLICA NO FUTURO

MOTIVADOS e impulsionados pela dinâmica das comemorações do centenário da implantação da República, foram muitos os historiadores, políticos comentadores e cidadãos anónimos que, através de publicações, debates, conferências e artigos de opinião expressaram sábios conhecimentos, ponderados pensamentos e as mais variadas opiniões a propósito da implantação da República e dos méritos e fragilidades da história do regime republicano em Portugal.

A existência de muitas publicações e de toda essa prosa opinativa fizeram-me, no primeiro momento, pensar ser perfeitamente inútil juntar a esse vasto rol a minha modesta reflexão sobre este assunto. Contudo, uma total identificação com o ideário republicano e o respeito que me merece a história da República em Portugal, levaram-me a decidir escrever estas linhas para partilhar alguns pensamentos sobre a matéria.

Curvo-me respeitosamente à memória dos heróis da Rotunda que com inabaláveis convicções nos valores republicanos da liberdade, igualdade e solidariedade trilham o difícil caminho da resistência e, com muita bravura e extrema dedicação à causa, proclamaram a República em Portugal em 5 de Outubro de 1910.

Durou 16 anos a I República. Foi enorme o entusiasmo inicial e a adesão do povo, tal como empenhado foi o trabalho político dos revolucionários. Formação do primeiro governo liderado por Teófilo Braga que, de imediato, tomou as primeiras medidas urgentes e progressistas. Seguiram-se eleições livres, instalação do Congresso e, três dias mais tarde, eleito Manuel de Arriaga o primeiro Presidente.

Apesar de muitas contrariedades e obstáculos, a jovem República começava bem, estava forte e recomendava-se. Os alicerces do regime republicano e os pilares da democracia em Portugal estavam a ser construídos com bom ritmo e solidez.

Contudo, as dificuldades da economia do país, o alto nível das expectativas criadas e a ânsia da população em sentir rapidamente os efeitos práticos das conquistas republicanas, da melhoria das condições de vida e do acesso aos bens colectivos, cedo começaram a destabilizar e corroer o ambiente político e a minar a credibilidade do regime.

A falência das finanças públicas, a intriga, os motins, os golpes de Estado e a instabilidade das constantes mudanças nos protagonistas dos três poderes - oito presidentes, sete parlamentos e 45 governos - criaram todas as condições para que fosse dado o duro golpe militar da contra-revolução e, em 28 de Maio de 1926, instaurada a ditadura em Portugal.

A semente dos valores republicanos estava lançada e a ganhar raízes, contudo o regime fascista do Estado Novo, com a polícia política, a repressão da liberdade de associação, a censura, a perseguição política, o analfabetismo, a xenofobia, etc., devastou o terreno da sementeira republicana e impôs o princípio do fim de um sonho, obrigando-nos, com violência, a percorrer um caminho de 48 anos de retrocessos e sofrimentos, nefasta herança histórica que continua ainda hoje a pesar no nosso presente e a influenciar o projecto do futuro de Portugal.

Passaremos ao lado deste quase meio século, não para apagar ou esquecer este período da história, até porque entendemos

que a ditadura que vergastou o país deve ser profundamente refletida e avaliada para que a nossa consciência coletiva não branqueie esse condenável passado, nem perca a noção da brutalidade desse regime e das atrofiadas consequências para o desenvolvimento do país.

A revolução de Abril deu a estocada final na ditadura caduca, restituiu o espírito dos ideais da I República e devolveu-nos a esperança das virtudes da democracia. De então até hoje passaram só 36 anos, curta vida ainda desta nossa nova República para que alguns já queiram insistentemente advogar desprezo pelas qualidades do actual regime.

Não é aceitável e reajo com acutilância ao discurso daqueles que não reconhecem o gigantesco progresso feito na modernização de Portugal e na melhoria das condições de vida da grande maioria dos portugueses. Qualificámos o território, as pessoas, os serviços públicos e, simultaneamente, foram aumentados e consolidados os mais diversos direitos sociais e reforçada a liberdade de opinião num ambiente de respeito pelas regras da convivência democrática. A memória não pode ser tão curta e a amnésia apagar esta realidade. Existem pois razões de sobra para termos orgulho no percurso feito.

A República no futuro tem naturalmente que aprofundar e aperfeiçoar constantemente estes avanços civilizacionais, mas sobretudo tem que ser mais crítica e exigente na correção das injustiças, desonestidades, oportunismos e fraudes que infelizmente também convivem e crescem com este desenvolvimento.

As comemorações do centenário, além de evocar e homenagear o melhor da história da República, ocorrem num contexto de particular exigência e preocupação com os graves problemas de natureza económica, financeira e social com que Portugal depara, por isso devemos fazer deste momento de reforço do espírito republicano a alavanca, a rampa de lançamento para combater a crise e reforçar a República.

Este trabalho não pode ser exigida só ao Governo, nem a um único Partido, antes é tarefa nacional e desafio patriótico que compromete e co-responsabiliza todo o Estado e a sociedade sem excepção.

O momento reclama ainda mais a prática dos verdadeiros ideais da República, aprofundando a democracia participativa e a pluralidade de opiniões, a par de maior exigência na responsabilidade, civismo, trabalho e rigor de todos nós.

Viabilizar um Portugal progressista, livre, solidário e moderno, para além de alcançar o equilíbrio das finanças públicas e garantir a sustentabilidade da nossa economia, só será possível se formos capazes de:

Combater os desequilíbrios na distribuição da riqueza, o clientelismo e a corrupção;

Reformar a Administração Pública e disciplinar o sector empresarial do estado e dos municípios;

Aperfeiçoar o funcionamento da Justiça;

Organizar os partidos políticos como verdadeiras escolas de democracia, ética e de serviço à res-pública;

Fazer das escolas ateliês de modelação dos cidadãos e oficinas de construção de uma sociedade justa.

Só assim garantiremos o futuro da República.

Deputados do PS sugerem que nenhum gestor público ganhe mais que o PR



DEPUTADOS socialistas querem saber qual seria a “poupança pública” se fosse estabelecida uma regra, no âmbito do Orçamento do Estado para 2011, “que não permitisse a remuneração de quaisquer gestores, dirigentes, administradores ou outros trabalhadores do universo público superior à do Presidente da República”.

No requerimento dirigido ao ministro das Finanças, Teixeira

dos Santos, subscrito pelos deputados Jorge Seguro Sanches, Miguel Laranjeiro, Marcos Sá, Rui Pereira e Isabel Coutinho, pretende-se ainda informação sobre “qual seria o impacto de uma medida desse tipo nos actuais e nos futuros compromissos do sistema de Segurança Social, da Caixa Geral de Aposentações ou de eventuais fundos de pensões afectos a esses trabalhadores”.

Os parlamentares socialistas consideram que, no âmbito do exercício orçamental para 2011, “nomeadamente com a proposta de redução de salários na Função Pública mas também nas fundações, nos institutos públicos e no sector empresarial do Estado”, o ministro de Estado e das Finanças estará “seguramente” em condições de “dar resposta às questões” formuladas. J.C.C.B.

Marcos Sá defende aproveitamento das águas pluviais nos grandes edifícios

NO SENTIDO de se obterem ganhos ambientais, energéticos e económicos, o deputado socialista Marcos Sá apresentou um projecto de resolução onde se recomenda ao Governo que tome a iniciativa de prever a construção de redes secundárias de abastecimento de água, com aproveitamento das águas da chuva, em edifícios, instalações e equipamentos públicos de grande dimensão, tendo em vista a sua utilização para usos e fins não potáveis.

Na exposição de motivos do projecto, refere-se que “a consciência sobre a sustentabilidade na utilização da água deve acompanhar a introdução de novas formas de projectar os



edifícios e as cidades, de modo a que se volte a aproveitar a água da chuva, não para consumo humano, mas para usos que dispensem a utilização de água potável”.

Com efeito, segundo Marcos Sá, “aproveitar água da chuva constitui uma solução acessível, que permite reduzir o consumo de água da rede pública, para determinados usos e fins não potáveis”.

Nesta matéria, “o

Estado tem, através do seu exemplo, um papel fundamental, na medida em que, em edifícios, instalações e equipamentos públicos de grandes dimensões, poderá atestar que a adopção de medidas que promovam a eficiência e a racionalidade na utilização da água conduz a poupanças assinaláveis, seja em termos ambientais e económicos, seja em termos energéticos”, lê-se ainda na exposição de motivos. J. C. C. B.

Centenário da República

É nos tempos de incerteza que os políticos provam a sua responsabilidade

O centenário da implantação da República é comemorado “num tempo de incertezas e de desafios”, provocado pela crise mundial que “está longe de ser superada”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, no discurso da cerimónia do 5 de Outubro, na Praça do Município, em Lisboa, onde defendeu ser “nestes momentos cruciais que os povos afirmam as suas qualidades de trabalho, de resistência, de vontade e de coragem” e que “os políticos provam o seu sentido de responsabilidade e as suas convicções, a sua determinação e a sua lucidez, que os deve levar a compreender o que está em causa”.

J. C. CASTELO BRANCO

REITEROU que a crise tem de ser enfrentada “com grande sentido de coesão nacional e de solidariedade, com uma noção de responsabilidade e exigência, mas também com confiança nas nossas capacidades e nos nossos talentos. Nos momentos cruciais soubemos sempre encontrar uma saída”.

Referindo que nestas alturas “é sempre mais fácil” recorrer-se ao “negativismo exacerbado, ao protesto inconsequente, à reivindicação irrealista, à agitação irresponsável e demagógica”, sustentou que, ao invés, “o mais difícil é conseguir fazer o que há a fazer, preservando o fundamental: a República e os seus valores, a democracia e o seu bom funcionamento, o Estado e as suas responsabilidades, a sociedade e os seus equilíbrios, o país e a sua coesão”.

“Nestes dias em que nos é pedido um esforço maior”, acrescentou José Sócrates, “precisamos de estimar mais as virtudes cívicas, e de praticar melhor os valores republicanos, as virtudes da cidadania e da coragem, da honradez, da dedicação. Esses valores são a defesa do bem comum, o aperfeiçoamento da democracia, o desenvolvimento do país, a justiça social, a solidariedade nacional”.

No seu discurso, o primeiro-ministro referiu-se também à inauguração nesse dia de uma centena de escolas públicas novas ou completamente renovadas em vários pontos do país. “Esta é a melhor homenagem que podemos prestar à República. A escola, é o símbolo de cidadania, de responsabilidade individual, de progresso e de liberdade, o símbolo que honra o passado e nos projecta para o futuro”, realçou.

De salientar que uma das cem escolas inauguradas foi a nova escola básica com jardim-de-infância da Lourinhã, resultante da reabilitação das antigas primárias e secundárias,

que terá o nome de Catanho de Menezes, insigne democrata e republicano, que foi fundador do PS.

Escola pública garante igualdade de oportunidades

Já o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, sublinhou que a “história da I República” nos ensina a “evitar a instabilidade política, a subordinação do projecto nacional a objectivos meramente partidários e a incapacidade de construir consensos sobre questões fundamentais, as querelas inúteis, a agitação irresponsável, e a pouca sensibilidade, apesar de progressos significativos, perante os problemas sociais e a condição dos trabalhadores”, defendendo “que é nos momentos de crise que os valores republicanos devem ser reafirmados e praticados”.

António Costa salientou ainda que “a nossa República, resgatada e devolvida ao povo soberano em 25 de Abril de 1974, tem sabido, no essencial e desde a sua fundação, não repetir os mais graves erros da I República. Esse é um seu capital precioso. É preciso que o continuemos a enriquecer”.

O presidente da Câmara de Lisboa, que em três anos que leva de mandato deu à cidade 27 escolas novas ou remodeladas, num investimento que em conjunto com o Estado ascende a 151,8 milhões de euros, defendeu que “a escola pública é a principal garantia da igualdade de oportunidades e o investimento prioritário para vencermos o grande défice nacional, a qualificação dos cidadãos”.

Entretanto, o dia do centenário da implantação da República foi longo para o primeiro-ministro, que logo após as comemorações na Praça do Município, esteve presente na cerimónia de inauguração da remodelada escola secundária António Carvalho Figueiredo, em Loures, na qual reiterou a ideia de que “vivemos tempos muito exi-



gentes e difíceis: é preciso coragem e um espírito de quem confia no futuro”.

“A minha presença aqui pretende ser uma homenagem ao maior dos espíritos da República que é a instrução pública. Hoje entra-se nesta escola e sente-se que o País está a construir o futuro”, sublinhou.

Depois do chefe do Governo esteve presente, em Lisboa, na inauguração do Centro de Investigação da Fundação Champalimaud que vai dedicar-se ao cancro e às neurociências, contando com centenas de médicos e investigadores nacionais e internacionais. A parte das neurociências pode receber a partir de Janeiro próximo até 300 doentes por dia nas áreas de tratamento e diagnóstico. Já a parte de investigação e tratamento do cancro, sobretudo de metástases, entra em funcionamento em Abril.

José Sócrates marcou também presença na inauguração da igreja de Alfragide, na Amadora. “Quis estar aqui no 5 de Outubro para

assinalar aquilo que é um princípio estruturante do nosso Estado republicano: o princípio da laicidade e para afirmar que este não é anti-religioso”. Pelo contrário, realçou, “é garante da liberdade religiosa, de todos os cultos e todas as confissões”, uma vez que “o Estado republicano trata todas as confissões por igual, com igual respeito, delicadeza e carinho”.

Educação como factor de desenvolvimento

Entretanto, a ministra da Educação realçou a importância que o Governo atribui ao ensino, durante a inauguração de duas escolas secundárias em Leiria. Para Isabel Alçada, as 100 novas escolas, no dia em que se comemoram 100 anos da República, é um “marco simbólico de grande importância”, já que mostra o valor que o Governo atribui à educação.

Por outro lado, a ministra considerou que o acto “valoriza, de algu-

ma forma, as mensagens e os valores dos republicanos” que sempre defenderam a educação como forma de “desenvolvimento do país”.

E reiterou a ideia de que só com “um conjunto de portugueses qualificados e com competência” se podem “enfrentar todos os desafios da contemporaneidade”.

Ao descerrar as placas das escolas secundárias Rodrigues Lobo e Domingos Sequeira, Isabel Alçada destacou ainda a “modernidade” da arquitectura dos projectos. “Olhamos para as nossas escolas e sentimos que estamos a entrar num projecto de futuro. As escolas estão equipadas de forma adequada à educação dos nossos dias, com equipamento simples, funcional e sóbrio”, disse.

A titular da pasta da Educação salientou ainda que o investimento no parque escolar foi “deliberado” e “constituiu também um estímulo para a economia, com os milhares de postos de trabalho que se criaram”.

Debate quinzenal

Sócrates determinado a cumprir metas orçamentais

No debate quinzenal de Outubro, o primeiro-ministro deixou clara a total disponibilidade do Executivo para negociar “sem reservas” o OE para 2011, advertindo, porém, que os tempos exigem “medidas concretas” para o país atingir um défice de 4,6%.

MARY RODRIGUES

DURANTE o debate quinzenal do passado dia 15 de Outubro, na Assembleia da República, José Sócrates garantiu que com a apresentação da proposta de OE 2011 abria-se “uma nova época, um novo período e um novo tempo”.

Referindo que o próprio ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, estava “disponível 24 horas por dia para falar com qualquer deputado sobre o Orçamento”, colocou também uma condição de princípio para essa negociação orçamental.

“Este Orçamento terá de estar à altura dos tempos, tem que responder à situação, tem de garantir medidas para chegarmos aos 4,6% de défice em 2011”, disse José Sócrates, para quem a discussão em torno de matéria tão vital para o país “não pode ser feita com retórica ou com slogans, mas com medidas concretas e definidas”.

Segundo o primeiro-ministro, as últimas medidas alternativas que lhe foram apresentadas pela oposição consistiram em meras operações de desorçamentação.

“Anunciar que se retira do Orçamento sem nenhuma medida chama-se apenas desorçamentação, porque o serviço continuará a gastar e no final do ano teremos de lá pôs o dinheiro e, como tal, reflectir-se-á no défice”, apontou.

Depois sustentou que essa operação de desorçamentação “já foi feita no passado e tem má memória”.

“Não é esse Orçamento que nós queremos. Queremos um Orçamento credível”, esclareceu, acrescentando ser este “o momento para frisar a todos que a responsabilidade não é só de opções económicas, mas também no domínio político”.

O primeiro-ministro afirmou igualmente que o OE 2011 pretende “retirar Portugal da situação de ameaça” da suspeição sobre a dívida soberana.

Não haverá agravamento de medidas

Na abertura do debate quinzenal que coube ao PCP, Sócrates foi questionado pelo líder comunista, Jerónimo de Sousa, sobre se as medidas previstas na proposta

do Governo para o Orçamento do Estado para 2011 serão suficientes para acalmar os mercados internacionais.

Na resposta, José Sócrates recusou o cenário de uma agravamento de medidas e garantiu que o país “ficaria numa situação muito pior” se as que estão previstas não fossem tomadas, defendendo a opção entre “a responsabilidade ou continuar por um caminho que suscitaria e agravaria a desconfiança dos mercados internacionais”.

Sócrates afirmou que o OE2011 “pretende responder à situação de urgência”, apontando de seguida que é “um Orçamento de responsabilidade e de coragem com um objectivo preciso: retirar Portugal do cenário de ameaça que representa os mercados internacionais na suspeição sobre as dívidas soberanas”.

Salientando que o país tem de “sair rapidamente desse cenário”, o primeiro-ministro afirmou que o OE 2011 representa um “esforço que é necessário para o país” e que “visa garantir que no final de 2011 nós teremos uma situação orçamental capaz de reforçar a credibilidade da nossa economia e de assegurar o seu financiamento”.

A ameaça dos mercados internacionais, disse, “é séria” e “representaria uma consequência muito negativa na nossa economia”.

Assim, defendeu, “temos obrigação de combater essa ameaça com coragem, adoptando medidas que permitam que a situação orçamental portuguesa melhore rapidamente, num ano”.

Ao líder parlamentar do PSD, que deixou o recado de que o seu partido não daria cheques em branco ao Governo, Sócrates ripostou desafiando a oposição laranja a terminar com o “tabu”, acusando-os de terem “dias sins” e “dias não”, fazendo declarações contraditórias, numa estratégia que ninguém percebe.

José Sócrates argumentou que ao anunciar agora a sua posição quanto ao Orçamento do Estado para 2011 o PSD não estaria a dar “nenhum cheque em branco ao Governo, mas um cheque ao país”.

Depois lembrou a Miguel Macedo que “a crise internacional é a origem e a causa da nossa situação”, até porque nos primeiros dois anos da sua governação, os socialis-



“Um Orçamento de responsabilidade e de coragem com um objectivo preciso: retirar Portugal do cenário de ameaça que representa os mercados internacionais na suspeição sobre as dívidas soberanas”

tas conseguiram um crescimento económico de 2,4%, um défice orçamental de 2,6% e mais 130 mil postos de trabalho.

Face à acusação do líder do CDS-PP segundo a qual o primeiro-ministro andaria a iludir sistematicamente os portugueses, não tendo antecipado a que a evolução da dívida pública teria “um custo” de 1528 milhões de euros em três meses, Sócrates considerou que “é fácil ser treinador de segunda-feira”, questionando Paulo Portas se antecipou “uma reacção genérica dos mercados desconfiando das economias europeias para pagar as dívidas” e apesar disso propôs “baixar os impostos” e “aumentar as despesas sociais”.

A Francisco Louça, do Bloco de

Esquerda, que se centrou na introdução de portagens nas SCUT, no aumento dos impostos e na redução dos benefícios fiscais para concluir que a política económica do Governo tem como alvo os mais pobres e quem trabalha, Sócrates recordou que o Governo sempre disse que seriam introduzidas portagens nas SCUT onde existissem outras alternativas e desde que a região tivesse um rendimento *per capita* ao nível do restante território nacional.

Relativamente aos benefícios fiscais, o primeiro-ministro assegurou que a intenção do Executivo é acabar com a “gravíssima injustiça” que existia.

“Sempre disse que tínhamos corrigir com justiça e com coragem”, afirmou, considerando quem está a “mentir” neste caso é BE, já que o partido sempre defendeu o fim integral dos benefícios fiscais nomeadamente em Saúde e Educação, desde que existisse oferta pública para os serviços em causa.

Hipocrisia política

“A sua atitude tem um nome: hipocrisia política”, acusou José Sócrates, lamentando que Louça não consiga sair do “quadro mental de sectarismo e de ressentimento com o PS” e que tenha “um afã e uma cegueira de atacar o Governo por tudo e por nada”.

Quanto à posição assumida pelos Verdes pela voz da deputada Helói-

sa Apolónia de chumbar a proposta do Governo, Sócrates lamentou-a e manifestou não querer juntar-se “àqueles que de forma irresponsável lançaram o discurso da guerra política, da crise política, da ausência de cooperação, logo em Agosto”.

Numa intervenção em que criticou fortemente os deputados do PCP e do BE por anunciarem desde o começo o voto contra a proposta do Governo de OE 2011, o líder parlamentar do PS, Francisco Assis, disse que, “infelizmente, a extrema-esquerda parlamentar continua presa a uma visão salvífica milenarista que a impede de encarar a realidade”, ou seja, a presente conjuntura internacional dos domínios económico e financeiro.

“No movimento comunista há uma componente estrutural de ordem genética: a incapacidade de compreensão da realidade”, declarou, para depois sublinhar que, ao longo dos últimos anos, a oposição de esquerda “foi incapaz de dar um contributo positivo” nos domínios económico e financeiro.

“Os contributos que o movimento comunista deu em algumas parte do mundo trouxeram a miséria e a regressão das liberdades”, afirmou.

Quanto à bancada do PSD, Assis apelou ao consenso em torno da proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2011 porque “o que está em causa são as condições de financiamento da economia portuguesa”, frisou.

Conferência “As mulheres na República” Feminismo nunca foi fácil

A ideia de que o feminismo nunca foi fácil em nenhuma época, mesmo nas mais progressistas, foi uma nota dominante das intervenções realizadas na conferência sobre “As mulheres na República – participação, expectativas e projecções futuras”, no Hotel Altis, que teve como oradores os professores e investigadores Isabel Lousada e João Esteves. Na abertura dos trabalhos, a presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS), camarada Maria Manuela Augusto, considerou que ser feminista é uma causa de homens e mulheres, as quais continuam a ser ainda discriminadas.

J. C. CASTELO BRANCO

NO DEBATE, organizado no dia 30 pelo DNMS e moderado pelo jornalista Fernando Alves, o historiador João Esteves começou por afirmar que “o país tem um problema de memória, vamos apagando os nomes”, lamentando que a formação cultural tenha desaparecido da TV, por onde passaram personalidades como João Villaret, Vitorino Nemésio e David Mourão Ferreira, entre outros.

E, por isso, mas não só, “sabemos muito pouco da I República, nomeadamente de grandes feministas como, por exemplo, Ana Castro Osório, Maria Veleda e Adelaide Cabete, que tiveram uma forte participação cívica e política, que se prolongou durante a ditadura salazarista, ao dinamizarem os movimentos de apoio aos presos políticos”.

Sublinhando que sempre houve em Portugal “um forte ideal feminista”, João Esteves referiu que “temos centenas de mulheres, com uma coerência e coragem espantosas, em torno dos ideais da I República, que denunciaram a vaga de vira-casacas, que alertaram contra as incursões monárquicas e ainda para as divisões entre republicanos”.

O orador salientou ainda que “a I República abrigou na imprensa as mulheres e deu-lhes a palavra”, acrescentando que, no entanto, “o feminismo nunca foi fácil em lado nenhum”.

Em resposta a uma questão colocada por uma participante na conferência, o historiador lembrou o papel da União das Mulheres Socialistas, criada em 1912, com 91 membros, onde se destacavam as figuras de Maria O’Neil e Adelaide Abrantes, designadamente na luta contra a carestia de vida durante a participação portuguesa na I Grande Guerra.

Já a professora Isabel Lousada considerou que os ideais da I República, nomeadamente no que respeita aos direitos das mulheres, “foram conquistas mas também desilusões”, destacando o papel fundamental desempenhado pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, que viria a ser extinta durante a ditadura do Estado Novo.

Com a implantação da República, disse, “as mulheres passaram de súbditas a cidadãs”, tendo muitas delas, as mais politizadas da época, que no entanto não pertenciam a elites, passado a poder publicar os seus textos na imprensa. “E esta é



Maria Manuela Augusto realçou que “a luta das mulheres pelos seus direitos tem séculos de história, em que muitas expectativas foram goradas mesmo em épocas progressistas”

uma das conquistas da República”, observou.

Isabel Lousada lembrou ainda que numa população onde a taxa de analfabetismo feminino rondava os 75%, “havia uma forte participação cívica das mulheres nos centros republicanos e centros escolares republicanos, onde se davam inclusive cursos nocturnos a quem não podia pagar”.

A terminar a sua intervenção, a professora universitária deixou um alerta: “Não pode haver emancipação feminina ou igualdade no século XXI se não se repensar as políticas de apoio às mulheres trabalhadoras”.

A presidente do DNMS, a deputada Maria Manuela Augusto, abriu os trabalhos com uma intervenção onde começou por realçar que “a luta das mulheres pelos seus direitos tem séculos de história, em que muitas expectativas foram goradas mesmo em épocas progressistas”.

Segundo Manuela Augusto, “o feminismo nunca foi fácil em época nenhuma”, defendendo que “ser feminista é uma causa de homens e de mulheres”.

Sobre a I República, destacou conquistas como a laicização do Estado, a aposta na educação, o divórcio, o

direito à greve e a jornada das oito horas de trabalho, mas lamentou que “a expectativa do direito de voto das mulheres tivesse sido gorada, continuando assim arredadas do processo político”.

A presidente das Mulheres Socialistas lembrou ainda grandes nomes do feminismo português, como Maria Lamas, Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta, Natália Correia, Sophia de Mello Breyner e Maria de Lurdes Pintasilgo, algumas das quais perseguidas durante o fascismo.

Maria Manuela Augusto pôs ainda em relevo “a legislação moderna e avançada” em termos de igualdade e direitos das mulheres que foi sendo produzida desde o 25 de Abril, mas denunciou que “as mulheres continuam a ser discriminadas, em particular no mercado de trabalho”.

MULHERES SOCIALISTAS 2010 PRESIDENTES ELEITAS PARA AS FEDERAÇÕES



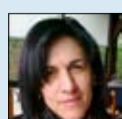
AVEIRO
ROSA ALBERNAZ



BEJA
ROMANA ROMÃO



BRAGA
PALMIRA MACIEL



BRAGANÇA
PAULA XAVIER



CASTELO BRANCO
HORTENSE MARTINS



COIMBRA
MARIA LURDES CASTANHEIRA



ÉVORA
CRISTINA BARRENHO



FARO
ALDEMIRA PINHO



GUARDA
OLGA MARQUES



LEIRIA
ODETE JOÃO



FAUL *
TERESA DAMÁSIO



FRO
CLÁUDIA FERREIRA



PORTALEGRE
SANDRA CARDOSOS



PORTO
Mª LURDES RUIVO



SANTARÉM
ANABELA FREITAS



SETÚBAL
CATARINA MARCELINO



VIANA DO CASTELO
ANABELA RODRIGUES



VILA REAL
BRIGITE GONÇALVES



VISEU
FÁTIMA FERREIRA

* A Comissão Eleitoral Nacional já notificou as duas candidatas ao DFMS da FAUL, de que os resultados validados e homologados atribuíram a vitória à camarada Teresa Damásio, mas encontra-se na Comissão Federativa de Jurisdição um recurso em apreciação interposto pela candidata Jesuína Ribeiro.

OPINIÃO



ARTUR PENEDOS

O próximo Congresso Nacional do PS tem a obrigação de, em nome da ética e da transparência, aprovar uma alteração estatutária que assegure a verdade eleitoral e elimine "manobristmos" que envergonham qualquer democrata

ELEIÇÕES NO PS É URGENTE ALTERAR COMPORTAMENTOS

É FUNDAMENTAL que o próximo Congresso Nacional do PS concretize algumas alterações estatutárias para garantir, a todos os aderentes, a concretização dos valores que o partido prossegue, especialmente os que se fundam na transparência, os que evitam ou impedem pressões ilegítimas, os que rejeitam práticas imorais e os que dão sentido à liberdade e à igualdade.

Quando um cidadão adere a um partido político, fá-lo de forma livre e submete-se a um conjunto diversificado de direitos e deveres.

A adesão voluntária pressupõe interesse e envolvimento nas actividades partidárias e implica o pagamento regular das quotas.

Pagar três, quatro, cinco, seis ou mesmo sete anos de quotização para votar numa certa eleição, convenhamos, para além de incompreensível, será pouco aceitável, especialmente quando essas quotas são pagas por terceiros.

A falta de interesse do aderente, que durante tantos anos se colocou à margem da vida do partido – não participou em quaisquer actos eleitorais nacionais, regionais e locais – deverá ter consequências para evitar que os amantes de métodos "habilidosos" possam manipular os mais necessitados ou incautos e, desse modo, recolher benefícios proibidos.

Num passado não muito distante, para se moralizar a vida interna do partido, foram introduzidos mecanismos ou orientações para combater ou eliminar actos menos transparentes.

Aproveito para recordar hoje - sem ter por objectivo condenar quem quer que seja - outros momentos da história do PS que impuseram alterações estatutárias, feitas em nome da decência e com o objectivo de eliminar rotinas abusivas e contrárias ao exercício de direitos fundamentais.

O tempo que passou, pelos vistos, não resolveu os problemas de então. A última alteração estatutária dirigida à problemática da utilização de espaços e ao pagamento de quotas (feita para garantir princípios de igualdade e de liberdade) como é fácil de constatar, não impediu ninguém de "distorcer" a verdade eleitoral. Nalguns casos, creio bem, a situação agravou-se.

Para quem esqueceu ou não viveu a evolução do PS, deixo um pequeno testemunho.

Há 30 anos atrás, os locais de funcionamento do partido variavam entre instalações próprias, espaços de garagem, consultórios de médicos ou de advogados e habitações particulares. É bom lembrar, até para assumir reconhecimento público a quem forneceu esses espaços, e deixar claro que a sua disponibilidade foi de uma utilidade inquestionável para a dinamização/organização do partido e que a sua dádiva jamais será esquecida.

No entanto, com o decorrer do tempo, começaram a surgir problemas no funcionamento e organização das estruturas, resultantes, em grande medida, da ideia de que havia "apropriação" da

estrutura pelos "proprietários" desses espaços e, ainda, da falta de condições (área e acesso) que garantissem aos eleitores a confidencialidade do voto e a liberdade de escolha.

O modelo de pagamento de quotas, que qualquer pessoa podia manipular – qualquer cidadão tinha a possibilidade de se substituir ao "devedor" no pagamento –, levou o PS a adoptar regras mais apertadas para impedir a acção dos chamados "caciques locais" e, fundamentalmente, para trazer verdade às disputas eleitorais internas.

Durante alguns anos viveu-se uma certa acalmia, direi mesmo moderação, no recurso a métodos tentadores (!), mas impróprios de um partido que se assume como referencial da democracia e da liberdade.

A prática do "arrebamento" de cidadãos, democratas ou não, com ou sem sentido de cidadania – que se observa nalgumas organizações e serve a um ou outro "senhor" para mostrar certos poderes – parece estar a reinstalar-se, perigosamente, no nosso seio.

E, acreditem, não falo de cor. Não transmito informações que me tenham chegado deste ou daquele candidato, desta ou daquela secção. Falo, porque vi e porque achei repugnante, impróprio e condenável.

Assisti, ao lado de muitos militantes, a "modelos" de regularização de quotas em que o "devedor" não gastou um cêntimo. Não foi um ou dois aderentes, foram algumas centenas e, por mero recato, dispensei-me de referenciar o "modelo" adoptado. Ninguém mostrou o mais leve pudor.

Tudo se passou a dois/três metros da porta de entrada do local onde funcionava a mesa de voto. Dir-se-á que tudo foi muito transparente.

Ora, como acredito que o que vi não é exclusivo dos locais por onde passei - haverá outros que viram, mas não escrevem ou não divulgam - e que é dever dos militantes, mesmo não estando escrito, lutar contra tão aviltante prática, convido todos, sem excepção, a uma reflexão séria, isenta e desapaixonada, de modo a que, em breve, possamos impedir e eliminar as tentações de quem possa considerar lícito o recurso a esse tipo de meios.

O próximo Congresso Nacional do PS tem a obrigação de, em nome da ética e da transparência, aprovar uma alteração estatutária que assegure a verdade eleitoral e elimine "manobristmos" que envergonham qualquer democrata.

Fica, desde já, o meu compromisso de apresentar ao próximo Congresso Nacional a competente proposta.

A transparência e a verdade eleitoral são valores que perseguimos há muitos anos e não me parece que seja suficiente pensá-lo, é preciso agir. Os militantes têm a estrita obrigação de pagar as suas próprias quotas. As Secções devem realizar actos eleitorais em espaços que não condicionem a vontade dos eleitores.

A tática do "tudo ao monte e fé em Deus" não garante, nem assegura a privacidade ou a liberdade dos militantes.

Governo aperta fiscalização de transferências para offshores

FOI desencadeada uma operação a nível nacional de notificação para fiscalização de cerca de 600 contribuintes singulares que no ano de 2009 realizaram transferências para países e territórios com regimes de tributação privilegiada, sem evidenciarem rendimentos declarados que o justifique.

Esta operação, levada a cabo pela Direcção-Geral dos Impostos, tem por base a informação recolhida este ano, e, pela primeira vez, como resultado da criação de um modelo declarativo através do qual as instituições financeiras estão obrigadas a comunicar à Administração Fiscal, as transferências que tenham como destino os territórios designados vulgarmente por offshores.

Além da fiscalização dos contribuintes singulares que realizaram este tipo de operações, avançará em breve, como garantiu o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, uma segunda fase voltada para a fiscalização das pessoas colectivas que realizaram pagamentos semelhantes em 2009.

Com esta a decisão, o Executivo pretende levar a cabo



um controlo mais rigoroso dos pagamentos feitos em territórios *offshore*, contrariando as práticas de planeamento e fraude fiscal, designadamente obrigando estes territórios à troca de informação com a Administração Fiscal portuguesa, que para o efeito assinou já 12 acordos de troca de informação com este objectivo.

Entre estes acordos destacam-se os assinados com os governos das Ilhas Virgens Britânicas e Dominica, dois dos mais emblemáticos paraísos fiscais, e que vêm na sequência de outros entretanto estabelecidos com as jurisdições de Antigua e Barbados, St. Kitts and Nevis, Santa

Lúcia, Ilha de Man e de Jersey, Ilha de Guernsey, Bermudas, Ilhas Caimão, Andorra e Gibraltar.

Recorde-se que os acordos sobre troca de informações em matéria fiscal são baseados no modelo seguido e aprovado pela OCDE e constituem instrumentos legais que habilitarão as autoridades portuguesas a solicitar às restantes autoridades competentes os elementos relevantes ao combate à fraude e evasão fiscais, incluindo informações sobre a movimentação de fundos bem como sobre a titularidade de sociedades, fundações, *trusts*, ou outro tipo de veículos criados nestes territórios. R.S.A.

2010 já é o melhor ano em receitas turísticas em Portugal

O AUMENTO de 7% nas receitas do turismo registado nos seis primeiros meses deste ano "mostra que 2010 é um ano de recuperação para o sector", disse o primeiro-ministro em Braga, onde se deslocou para inaugurar a primeira unidade hoteleira de cinco estrelas naquela cidade minhota. De facto, o boletim estatístico do Banco de Portugal (BdP), do passado mês de Outubro, confirma o progresso registado no sector do turismo, salientando que as receitas subiram cerca de 1130 milhões de euros, o que confirma uma evolução mensal positiva de 14% face ao período homólogo de 2009.

Ainda segundo o BdP, de Janeiro a Junho do corrente ano, regista-se uma evolução positiva para o sector de 9,6% face ao ano de 2009, tendo para tal contribuído o bom desempenho da generalidade dos principais mercados emissores de turistas para Portugal, destacando-se em Agosto os mercados alemão, com mais 18,4%, o britânico, com mais 13,5%, o francês, com mais

12,4%, italiano, com um aumento que atingiu mais 12%, o holandês, com mais 10,7% e o espanhol, com mais 10,3%.

Satisfeito com esta evolução está o secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, que evidencia a boa reacção que o sector tem vindo a revelar, tendo os resultados acumulados em 2010 ultrapassado os registados em 2008, até agora o melhor ano, em cerca de 20 milhões de euros de receitas.

Na opinião do governante, a resposta globalmente positiva que os mercados emissores têm apresentado na procura de Portugal como destino turístico, "é um sinal extremamente importante no sentido de garantir um crescimento sustentado do sector".

Estamos na direcção certa

Em Braga, durante a sessão de inauguração da nova unidade hoteleira de cinco estrelas, orçada em 20 milhões de euros, o primeiro-ministro salientou que um investimen-

to desta dimensão, que criou 80 novos postos de trabalho, significa "que estamos na direcção certa", recordando que o turismo "é uma actividade onde as palavras-chave da recuperação da economia estão lá todas: emprego, qualidade e exportação".

Nesta sessão participaram ainda o ministro da Economia, Vieira da Silva, o secretário de Estado das Comunidades, António Braga, e o presidente da Câmara Municipal de Braga, Mesquita Machado, tendo Sócrates manifestado ainda a sua satisfação pela inauguração desta nova unidade hoteleira, que ficará, como recordou, "a apenas 100 metros do futuro Instituto de Nanotecnologias", estrutura que albergará um conjunto importantes de cientistas "oriundos dos quatro cantos do mundo".

Referindo-se ao investimento no novo hotel, o primeiro-ministro enfatizou o facto de ele traduzir uma confiança acrescida por parte dos empresários que assim manifestam a "sua confiança no sistema económico português". R.S.A.

Plenários de militantes

Medidas de austeridade são essenciais para assegurar financiamento da economia portuguesa

Têm vindo a decorrer plenários federativos, com a presença de dirigentes socialistas, com o objectivo de debater e analisar as medidas de austeridade que o Governo foi obrigado a tomar para reduzir o défice público acordado com Bruxelas e assegurar nos mercados internacionais o financiamento da economia portuguesa.

J.C. CASTELO BRANCO

FAUL

É “demagogia” defender a ideia de que na actual conjuntura se possa diminuir a despesa pública sem aumento de impostos, afirmou o secretário nacional do PS e actual ministro da Economia, Vieira da Silva, no plenário de militantes da FAUL; realizado no dia 13, na sede nacional, onde salientou que “não foi de ânimo leve” que o Governo foi obrigado a tomar um conjunto de medidas adicionais de consolidação das contas públicas em que se baseará o Orçamento do Estado para 2011.

De acordo com Vieira da Silva, “só razões taticistas poderiam levar o Governo a não tomar estas medidas”, já que, frisou, “o risco de agravamento da dívida soberana era muito elevado”.

Segundo o ministro, “houve uma crescente dificuldade de financiamento nos mercados internacionais desde a Primavera deste ano, o que originou uma mudança na natureza da crise económica”.

O dirigente socialista lembrou que o recente e continuado agravamento das condições de financiamento obrigou a “uma viragem” das políticas que os Estados europeus vinham tomando desde o início da crise mundial em 2008, tendo a prioridade passado a ser “dar resposta à crise das dívidas soberanas”.

Nesse sentido, no caso de Portugal, um dos países europeus mais atingidos pelo agravamento de financiamento nos mercados financeiros, com os juros acima dos 6%, Vieira da Silva reiterou que foi necessário “um esforço de ajustamento orçamental muito exigente”, com a necessidade de “uma redução da dívida do Estado mais intensa e profunda do que se previa”.

Assim, continuou, as recentes medidas de austeridade visam atingir os compromissos do Estado português, em matéria de metas para as finanças públicas em 2010 e 2011, respectivamente, de 7,3 e 4,6 do PIB para o défice orçamental. “Um objectivo difícil e muito exigente”, disse o ministro da Economia, que salientou que “a grande pressão dos mercados sobre o custo da nossa dívida exigiu medidas duras e impopulares”.

Leiria

“A aprovação do Orçamento de Estado é um instrumento fundamental para garantir o financiamento da economia e reduzir o défice”, defendeu o porta-voz do PS, Fernando Medina, no plenário de militantes da Federação de Leiria, que decorreu, no dia 15, num hotel da Nazaré.

Na sua intervenção e depois de um debate vivo e participado pelos militantes do PS, Fernando Medina teve oportunidade de explicar por que razão há necessidade de aprovação do Orçamento do Estado. “Na

verdade, sem financiamento à nossa economia e ao Estado não é possível continuar a modernizar o país e a garantir os cuidados de saúde e de educação públicos que são prestados à população”, disse.

O também secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento reiterou que a aposta na educação é fundamental para garantir a competitividade do país e também que a aposta nas energias alternativas é imperiosa para diminuir a dependência energética do petróleo e reduzir as importações.

Vila Real

Na actual conjuntura internacional, o Orçamento de Estado de 2011 apresentado pelo Governo “está à altura das circunstâncias”, afirmou no dia 15 o dirigente nacional do PS Pedro Marques no plenário de militantes realizado na sede da Federação de Vila Real.

Na sua intervenção, o actual secretário de Estado da Segurança Social referiu que a situação de crise faz com que o OE tenha uma “grande exigência de rigor” no que respeita ao controlo das contas públicas, de forma a que Portugal “cumpra os compromissos” que acordou com Bruxelas de redução do défice.

Neste plenário, intervieram muitos militantes que se mostraram solidários com o caminho traçado pelo Governo e alguns insistido na defesa de políticas keynesianas como o investimento público, tendo Pedro Marques explicado que a actual conjuntura marcada pelos compromissos europeus não permite que tais investimentos possam já avançar.

Baixo Alentejo

Em Beja, teve lugar, no dia 11, uma reunião cujo principal orador foi Fernando Serrasqueiro, em que participaram os dirigentes dos órgãos executivos da Federação e das secções, bem como os autarcas socialistas das câmaras municipais.

Neste encontro, Fernando Serrasqueiro fez uma exposição inicial onde se referiu detalhadamente à situação das finanças públicas e da economia nacional, nesta conjuntura marcada pela mais grave crise mundial desde há 80 anos.

As medidas do Orçamento do Estado para 2010 são, na opinião do dirigente do PS, corajosas e destinam-se a “enfrentar a necessidade de consolidação das contas públicas”.

No debate que se seguiu à intervenção de Fernando Serrasqueiro, muitos participantes questionaram o orador sobre algumas questões relacionadas com o Orçamento do Estado, tendo alguns avançado sugestões de actuação do PS e do Governo no sentido de que a aplicação das medidas que vão ser tomadas sigam critérios exigentes de equidade e de justiça social.

Setúbal

A anunciada contenção para diminuir a despesa pública “insere-se num quadro excepcional da situação económica e financeira, a exigirem respostas corajosas e patrióticas, sem alternativa”, afirmou no dia 16 o secretário nacional para a Organização, Vieira da Silva, num plenário com os secretariados da Federação, concelhias e secções de Setúbal.

Vieira da Silva apelou ainda ao “sentido de

responsabilidade dos militantes socialistas para, neste quadro muitíssimo complexo, estarmos todos à altura dos difíceis desafios que temos pela frente”.

Évora

“Coragem” e “combatividade”, pediu o dirigente do PS, Paulo Campos, no início da sua intervenção, no dia 11, aos militantes do PS/Évora. “As informações que pretendo partilhar convosco e o resultado na nossa troca de opiniões deve ser também partilhada por todos com os vossos amigos, com os colegas de trabalho e nos locais da vossa acção pública”, disse.

Na sua intervenção, o dirigente socialista considerou que o Orçamento do Estado para 2011 é “duro e difícil” para os portugueses mas “é o Orçamento que um Governo responsável tem de apresentar de forma a credibilizar o país externamente e permitir ganhar a confiança dos mercados”.

E reiterou que o PS deve manter a sua posição na defesa do um sistema público de saúde, de educação e de segurança social. “A defesa do Estado Social é o maior desafio dos socialistas”, afirmou.

Após um intenso debate, os socialistas de Évora manifestaram-se solidários com o Governo num momento particularmente difícil.

Portalegre

Por sua vez, a secretária nacional do PS Idália Moniz participou a 12 de Outubro numa reunião plenária com os órgãos políticos descentralizados da Federação de Portalegre, que visou debater a actual situação política e económica do país.

A governante realçou o papel do Governo do PS que, numa primeira fase quando estalou a maior crise mundial dos últimos 80 anos, respondeu às necessidades das pessoas, em especial os desempregados e os idosos, e das empresas, apoiando aqueles que por efeitos da crise necessitaram da ajuda do Estado. Idália Moniz explicou que aqui reside uma das diferenças fundamentais entre o PS e o PSD, já que os socialistas acreditam que o Estado Social não pode nunca ser posto em causa, nem entregue aos caprichos financeiros de privados, mas que nos deve preocupar a sua sustentabilidade e a sua equidade.

A secretária nacional comentou ainda as medidas previstas no novo Orçamento de Estado defendendo a sua execução e aprovação como garante da reposição da imagem de Portugal junto dos mercados financeiros internacionais, equilibrando para o efeito as contas públicas e assim servir o interesse nacional.

Algarve

No plenário algarvio, realizado a 16 de Outubro, esteve Carlos Zorrinho que após uma exposição inicial em que salientou a importância das medidas de contenção tomadas para salvaguardar o Estado Social e evitar a asfixia da economia portuguesa e denunciando a “irresponsabilidade política” do PSD e dos restantes partidos da oposição neste momento de mobilização nacional, o governante respondeu a dezenas de questões de militantes, designadamente sobre o impacto das medidas nas famílias e nas autarquias, bem como sobre a comunicação das medidas e sobre as opções e as justificações das reduções de despesa e dos aumentos de receita propostos no Orçamento do Estado para 2010.

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Deputado do PS

Há uma realidade nova no mercado alimentar a que as leis da concorrência já não respondem de forma satisfatória

A VITÓRIA DE PIRRO

O CONFRONTO entre a distribuição e a indústria alimentar está ao rubro. Num jogo de poderes desiguais. Entre o poder de compra e o poder de venda. O mercado está cativo. A precisar de regras que se ajustem à realidade. Uma realidade que mostra uma tendência. A distribuição ganhou. Mas não se limitou a ganhar. Procura ocupar todo o terreno, alargando as suas margens na cadeia de valor. Num processo de “vietnamização” que a prazo terá consequências graves para os consumidores. Os mesmos que, certamente, a distribuição quer servir. Mas esta será uma “vitória de Pirro”. A distribuição, a prazo, será vítima da sua própria grandeza.

Estamos cada vez mais no domínio de uma “economia contratual” que perverte o essencial das economias de mercado. Pela sua opacidade, pelo poder dominante, pelas práticas comerciais “problemáticas”. Assiste-se a fenómenos de concentração crescente e de verticalização. Ganham-se economias de escala e de gama. Sem olhar a meios. Numa luta sem quartel. Pelo preço. Em prejuízo dos pequenos e médios produtores nacionais.

A marca do distribuidor não é já apenas um elemento de diferenciação entre insígnias. É mais um elemento nessa escalada de confronto. Com custos de promoção praticamente nulos, com cadernos de encargos leoninos, com imposição unilateral de condições, a distribuição avança. E ocupa as prateleiras com a sua marca.

Há números bestiais. O Grupo dos Nove maiores distribuidores tem uma quota de 85% do mercado e só os dois maiores representam 45% do retalho alimentar. A marca do distribuidor representa 29% das vendas dos produtos de grande consumo não duradouro. Mas, em muitos destes produtos, ultrapassa os 60%. É verdade que estes números ficam aquém de muitos outros países europeus. Mas isso não nos deve aquietar.

A evolução dos índices de preços mostra que tem sido a produção a pagar a necessidade de manter baixos preços ao consumo para conter a inflação. Ao mesmo tempo, a distribuição aumenta as suas margens em cerca de 15%, entre 2004 e 2008. E nos produtos lácteos quase duplicou. É no mínimo um contra-senso.

À lupa da Autoridade da Concorrência não existem indícios em Portugal de práticas anticoncorrenciais, nem de abuso de posição dominante (no sentido legal do termo). Porque a legislação não prevê a existência de “abuso de posição dominante colectiva”, nem de “abuso de dependência económica”. E é muito difícil sustentar que existe uma “infra-estrutura essencial” na distribuição portuguesa. Isto é, que nada pode ser feito sem eles, o Grupo dos Nove. Mas, na verdade, já ninguém pode viver sem eles.

Há uma realidade nova no mercado alimentar a que as leis da concorrência já não respondem de forma satisfatória. É preciso mais auto-regulação, é certo. Mas este jogo de gigantes não se faz só com códigos de conduta, com regras voluntaristas. É preciso arbitragem. E penalizações. O Governo legislou prazos de pagamento a 30 dias. Fez o mínimo. É preciso mais. É preciso dar instrumentos adequados à ASAE e à Autoridade da Concorrência para melhor agirem. Ajustar a legislação sobre concorrência e práticas comerciais. Acompanhando um movimento que é europeu. Na defesa de um mercado mais equilibrado e transparente.

Fórum Educação

Sócrates acusa PSD de querer escolas para ricos e outras para pobres

O projecto de revisão constitucional do PSD pretende que o Estado financie as escolas privadas, além do sistema público de educação, acusou o líder do PS, José Sócrates, considerando que tal proposta colocaria em causa a “igualdade de oportunidades” ao criar “um sistema dual” na nossa sociedade, com “escolas para os mais afortunados e outras para os outros”.

J. C. CASTELO BRANCO

FALANDO no dia 16, no encerramento do Fórum sobre Educação, na FIL, na Junqueira, onde marcaram presença centenas de pessoas, José Sócrates sustentou que, ao invés, o projecto de revisão da Lei Fundamental do PS “reforça a aposta na escola pública, ao consagrar como obrigação do Estado a obrigatoriedade do ensino até ao 12º ano, universal e gratuito, porque é assim que se constrói um país mais justo e com mais ambição”.

Segundo defendeu o primeiro-ministro, “num momento em que o PSD propõe que o Estado deixe de ter uma rede pública de educação, chegou a altura de defender a escola pública, designadamente em nome de três valores fundamentais: acesso ao conhecimento, justiça social e sucesso económico”.

Sócrates salientou que o “acesso ao conhecimento” é de uma importância vital, porque, explicou, “o bem mais precioso para o homem é o saber, a inteligência, e não há países que progridam sem que evoluam os seus cidadãos. A educação e o conhecimento é o capital mais precioso que podemos ter”.

Mas a escola pública é também, na opinião do líder socialista, um instrumento de promoção da justiça social, porque, reiterou, “garante pela sua natureza uma igualdade de oportunidades”.

E acrescentou: “Os socialistas gostam que todos escolham o seu

caminho, mas que à partida todos tenham igualdade de oportunidades através do acesso à educação e ao conhecimento, o que só a escola pública pode fazer”.

José Sócrates lembrou ainda que todas as instituições internacionais que avaliam a performance dos países são unânimes em considerar “que a educação é determinante para garantir a melhoria das condições de vida”.

Quanto ao terceiro valor fundamental pelo qual é preciso defender a escola pública, o “sucesso económico”, o secretário-geral do PS reiterou que “não há progresso económico sem aumentar a educação nos países e a escola pública é essencial para garantir o acesso ao conhecimento e assim criar as condições para uma economia mais forte, capaz de competir no mercado internacional”.

Coragem de mudar

Por outro lado, o primeiro-ministro realçou que o “o dever do Estado evoluiu” e deixou de ser “dar educação a todos” para ser o de “dar uma boa educação a todos”, o que, na sua opinião, “exige que a escola pública se adapte aos nossos tempos, para levar o país ao progresso, e isso só se faz com a coragem de mudar e melhorar”.

Por isso, disse, “afasto-me da visão da esquerda conservadora” que, recordou, se opôs às reformas levadas a cabo nos últimos anos

para a melhoria da educação, como a aposta no ensino profissional e a introdução das aulas de substituição, entre outras. “Essa esquerda não serve o ideal da defesa da escola pública, porque ninguém defende o ensino público querendo que tudo fique na mesma”, acusou.

Na sua intervenção, afirmou que na área da educação “há um antes e um depois de 2005”, realçando, entre outros aspectos, “que o esforço de investimento feito nas novas escolas do ensino básico e secundário, o maior realizado nas últimas décadas, é um dos mais importantes em prol de uma melhor educação e para o nosso futuro colectivo”.

E sublinhou que “temos do ponto de vista tecnológico das escolas mais bem preparadas do mundo”, lembrando que em 2005, quando o PS voltou ao Governo, havia 18 alunos por computador, en-

quanto agora há dois alunos por computador.

Mais cultura e igualdade

Os trabalhos do Fórum abriram com uma intervenção da actual ministra da Educação, Isabel Alçada, para quem a “escola pública é uma das maiores realizações do Estado Social, porque promove uma sociedade mais culta e mais igualitária”, acrescentando que num contexto de crise como a que vivemos, “torna-se ainda mais preciso que o Estado continue a garantir um serviço público de educação, que não pode estar sujeito a estados de alma do mercado”.

Na sua intervenção, Isabel Alçada elogiou o trabalho feito pela sua antecessora na pasta da Educação, que se encontrava na primeira fila,

ao realçar que “nos últimos seis anos os governos do PS, herdeiros dos ideais e valores da I República de aposta na instrução pública, investiram amplamente na escola pública”, através de um vasto conjunto de medidas que melhoram significativamente em “quantidade e qualidade” o ensino em Portugal, desenvolvendo-se “uma cultura de exigência e de avaliação”.

Nesse sentido, destacou, entre outros aspectos, a diversificação da oferta formativa, o inglês no ensino básico, o plano nacional de leitura, o desporto escolar, a valorização da profissão docente, a requalificação do parque escolar, o plano tecnológico da educação, mais de meio milhão de alunos beneficiados com a acção social escolar e o programa Novas Oportunidades, “onde um milhão de adultos retomaram ao ensino”.

Por outro lado, Isabel Alçada defendeu que “não podemos aceitar a revisão da Constituição proposta pelo PSD que constituiria um entrave ao desenvolvimento da escola pública, que contribui para a construção de uma sociedade mais justa, promove o sucesso dos seus alunos e estimula e valoriza a cultura da diversidade”.

Revolução silenciosa no sistema educativo

O segundo orador, o professor universitário Domingos Fernandes, após reafirmar o papel insubs-



Manifesto Defesa da escola pública

“A educação é, em sociedades modernas e democráticas, a melhor forma de promover a igualdade de oportunidades. Para que tal aconteça é, porém, necessário começar por assegurar a igualdade de acesso à educação, o que só a escola pública pode fazer. Só a escola pública garante a gratuitidade e universalidade no acesso à educação, a generalização de padrões de qualidade de ensino em todas as escolas e a equidade escolar”, lê-se no manifesto “Defesa da Escola Pública” que tem como signatários 33 personalidades ligadas à educação, cultura e ciência.

Painéis

Educação para todos

NO primeiro painel do Fórum, Educação para todos”, moderado pela deputada socialista Manuela de Melo, Luís Capucha, presidente da Agência Nacional para a Qualificação, debruçou-se sobre as Novas Oportunidades, que classificou como “o melhor exemplo do que distingue e torna singular a governação socialista, ao lançar um programa considerado como o mais ambicioso ao nível das políticas sociais que se implantaram nos países da OCDE”.

Para Luís Capucha, “um milhão de alunos foram responsáveis por este enorme movimento de massas no sentido da aprendizagem, que se tornaram mais confiantes e mais sabedoras”.

Com as Novas Oportunidades, sublinhou, “passámos para além do Adamastor, destruindo o mito de que os portugueses não queriam aprender”.

O responsável pela Agência Nacional para a Qualificação considerou ainda que o programa Novas Oportunidades “tem vindo a revelar-se também um instrumento poderoso de modernização do país”.

O segundo tema deste painel foi “A expansão e aumento dos cursos profissionais”, que teve como orador Sérgio Amorim, o director da escola secundária Gago Coutinho, em Alverca, que elogiou o Governo socialista pelo “forte investimento” que nestes seis anos tem vindo a fazer no ensino profissional.

Com esta aposta, frisou, os alunos que frequentam os cursos profissionais “ficam aptos a exercer uma profissão, mas também



a poderem, caso queiram, optar se candidatarem ao ensino superior, o que lhes eleva a auto-estima”.

Sérgio Amorim apontou como também “vantagens” dos cursos profissionais “dar resposta à necessidade de uma faixa de alunos que dificilmente completariam o 12º ano de escolaridade, criando-lhes assim uma janela de oportunidades”.

Falando no caso concreto da escola onde é director, disse que “há uma maior aproximação às empresas que recrutam mão-de-obra em sectores cruciais”, sublinhando que “as empresas ficam satisfeitas com o grau do

vestimento feito pelo Governo no pré-escolar e no 1º ciclo, onde houve “reforço de todos os apoios sociais”, desde o almoço para as crianças do 1º ciclo e alargamento do horário escolar, até à oferta de computadores aos alunos do secundário, cujas famílias de outro modo não teriam hipóteses de os adquirir.

Armandina Soares defendeu ainda que “é preciso mais autonomia para as escolas, que têm de dar resposta a alunos muito diferentes”, acrescentando que “a estabilidade do corpo docente conseguida nos últimos anos foi fundamental para uma escola com mais qualidade”. J. C. C. B.

Mais escola pública

NO outro painel, “Mais escola pública”, moderado pela historiadora Irene Pimentel, o primeiro tema abordado foi “Modernização e requalificação do parque escolar público”, a cargo do director da escola secundária Joaquim Gomes Ferreira Alves, em Valadares, Vila Nova de Gaia.

Álvaro Santos centrou a sua intervenção nos benefícios para a melhoria do ensino da requalificação das escolas, em particular a que dirige, onde a maior parte das instalações já foram remodeladas. “Já se sente hoje um maior orgulho em pertencer à escola, que se tornou um espaço mais integrador e de enriquecimento dos nossos alunos”, disse.

É que, recordou, “durante vários anos fomos assistindo ao drama da degradação do edifício, dos equipamentos escolares, das infiltrações, e agora a três meses da conclusão das obras de requalificação, sentimos já os efeitos positivos”.

“Actividades de enriquecimento curricular” foi outro tema em discussão, que teve como oradora Rosária Alves, directora regional adjunta da Educação de Lisboa e Vale do Tejo. “Portugal pôs em prática desde 2005 um ambicioso plano de ensino”, disse, apontando como “exemplos mais emblemáticos” a escola a tempo inteiro, a prioridade dada ao 1º ciclo, a requalificação dos espaços físicos e o encerramento de escolas sem condições e isoladas e as actividades de enriquecimento escolar.

Rosária Alves considerou que “o PS deve orgulhar-se de ter ambição ao apostar na escola pública que temos hoje”, acrescentando que para tal foi necessário que “no Ministério da Educação estivessem pessoas determinadas e



com visão estratégica”.

O terceiro tema deste painel foi o “Plano tecnológico da educação”, a cargo do professor universitário Carlos Pinto Ferreira, que elogiou a aposta da governação socialista no sentido da generalização do acesso dos portugueses às novas tecnologias. “O plano tecnológico é uma associação virtuosa entre inovação e educação, através de um conjunto de iniciativas que visam dotar as escolas com recursos tecnológicos para promover uma melhor aprendizagem, o que constitui uma autêntica revolução”, disse.

E lembrou medidas como o e-escola, o e-escolinha, o kit tecnológico, que permitiram a “Portugal estar na vanguarda no que respeita a

saber fazer dos nossos alunos”.

A directora do Agrupamento de Escolas de Vialonga, Armandina Soares, abordou a problemática da “Acção social escolar – apoio às famílias”, o terceiro tema em análise no painel “Educação para todos”.

Na sua intervenção, a professora sublinhou a importância crucial da escola pública para garantir o ensino às crianças e jovens de “famílias com dificuldades”, lembrando, a propósito, o forte investimento

tituível da escola pública para que Portugal possa ser um país mais coeso, mais igual e mais competitivo, garantindo o ensino a todas as crianças e jovens seja qual for a sua condição social”, manifestou-se confiante “numa escola pública que corresponda às necessidades dos alunos e famílias para responder às incertezas que caracterizam as sociedades modernas”.

Na sua intervenção, este académico considerou estar em curso desde há seis anos “uma revolução silenciosa no sistema educativo”, porque, frisou, “nunca houve um investimento tão significativo na educação e formação”.

Domingos Fernandes fez questão de realçar a importância do programa Novas Oportunidades, “a primeira medida estruturante que diversificou as apostas de educação”, e que “reconciliou a maioria dos portugueses com o ensino, com um milhão de cidadãos inscritos nesta iniciativa para que as suas vidas possam ser mais dignas”. Para de seguida acrescentar que “nunca em Portugal tivemos tantos portugueses envolvidos num projecto de educação e formação”.

E tudo isto, sintetizou, graças a Maria de Lurdes Rodrigues e sua equipa, que “com visão política, coragem e determinação deram um contributo decisivo para melhorar a escola pública”.

Após estas intervenções seguiu-se a discussão de três painéis (ver caixa”.

proporcionar a todas as suas crianças e jovens em idade escolar acesso aos meios tecnológicos, de forma a evitar que houvesse um fosso digital entre alunos”.

O docente universitário sublinhou ainda que “Portugal é um dos países cuja viabilidade está baseada na economia do conhecimento”.

Uma das maiores conquistas da democracia

Neste Fórum, usou ainda da palavra antes

do discurso final do primeiro-ministro, o jovem Alessandro Azevedo, porta-voz da Associação dos Estudantes do Ensino Básico e Secundário, que elogiou as medidas tomadas nos últimos anos pelo Governo do PS no sentido da “construção de uma melhor escola pública, inclusiva”, porque, disse, “só ela pode combater o insucesso escolar”.

Afirmando “não compreender nem aceitar as teses dos que atacam a escola pública”, considerou que “este é o debate que importa, para demonstrar que a escola pública gratuita e universal é fundamental para promover a igualdade de oportunidades, sendo uma das maiores conquistas da democracia”. J. C. C. B.

OPINIÃO

REVISÃO CONSTITUCIONAL



LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

Qualquer revisão constitucional será um processo de alteração da Constituição que existe, e que não deverá ser a escrita de uma nova e outra Constituição

ESTÁ neste momento em curso no Parlamento um processo de revisão constitucional.

Se alguma coisa dela se concretizar, será a oitava revisão à Constituição do 25 de Abril, inicialmente aprovada, pela Assembleia Constituinte, a 2 de Abril de 1976.

A revisão da Constituição tem por fim promover substituições, supressões e aditamentos ao texto dessa suprema lei.

A Constituição – ela própria o estabelece – pode ser revista, ordinariamente, apenas de cinco em cinco anos, ou, extraordinariamente, em qualquer momento, desde que tal seja deliberado por uma maioria muito larga do Parlamento – quatro quintos dos deputados.

Mas está prevista uma situação excepcional em que nenhum acto de revisão constitucional pode ser praticado: no momento que esteja, por qualquer razão, a vigorar o estado de sítio ou o estado de emergência.

Só os deputados podem propor alterações à Constituição. Ao contrário de outros processos legislativos, nem o Governo, nem as regiões autónomas, nem grupos de cidadãos, podem apresentar projectos constitucionais e, por sua vez, o Presidente da República é sempre obrigado a promulgar a lei de revisão tenha ela o conteúdo que tiver.

As alterações à Constituição, quer globalmente, quer em relação a cada ponto, só são aprovadas se reunirem o voto favorável de uma ampla maioria, qualificada em dois terços dos deputados.

A nossa Constituição estabelece ainda os chamados 'limites materiais de revisão'.

Trata-se de uma lista de matérias que as revisões constitucionais terão de respeitar.

Muito se discute sobre o alcance deste normativo.

Há quem entenda que qualquer lei posterior pode sempre revogar a anterior, desde que cumpra o processo formal da revisão, claro, e que não é razoável aceitar que as gerações anteriores, que escreveram inicialmente a Constituição, sujeitem as futuras gerações às suas ideias e leis.

Acham até que nenhuns limites deveriam constar do texto constitucional, desde logo por não serem nem legítimos nem eficazes.

Outros entendem que é imperioso respeitar os limites materiais e ali não se pode mexer de modo nenhum.

Há ainda a tese que admite alterar matérias previstas nos limites materiais desde que elas não sejam tidas por essenciais à identidade da Constituição, podendo, pois, descortinar-se campos identitários de restrição absoluta (nunca alteráveis) e de restrição relativa (questões secundárias, alteráveis após se remover, previamente, o limite na lista proibida).

A nossa experiência constitucional mostra a aceitabilidade desta última tese, já que, na segunda revisão constitucional, em 1989, foram tocados alguns pontos dos limites materiais de revisão, dois deles, por alteração, no âmbito da economia política e um, por eliminação, quanto ao chamado poder popular.

Seja como for, não devemos ter dúvidas que qualquer revisão constitucional será um processo de alteração da Constituição que existe, e que não deverá ser a escrita de uma nova e outra Constituição.

No processo actualmente em curso apenas o PPD/PSD e o CDS-PP propõem alterações aos limites materiais de revisão constitucional.

O PPD/PSD, curiosamente, quanto às mesmas duas alíneas, já alteradas na revisão de 1989, e pretende agora eliminá-las.

1º - Eliminar a alínea f):

Versão inicial (de 1976): f) O princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais, e a eliminação dos monopólios e dos latifúndios;

Versão em vigor (de 1989): f) A coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção;

2º - Eliminar a alínea g):

Versão inicial (de 1976): g) A planificação democrática da economia;

Versão em vigor (de 1989): g) A existência de planos económicos no âmbito de uma economia mista;

Por seu turno o CDS-PP pretende apenas alterar a alínea b):

Onde está: b) A forma republicana de governo;

Pretende: b) A forma democrática de governo;

Finalmente, para cabal conhecimento e análise dos nossos leitores transcreve-se, na íntegra, o artigo actual da nossa Constituição que estabelece os limites à sua própria revisão:

Artigo 288.º

(Limites materiais da revisão)

As leis de revisão constitucional terão de respeitar:

a) A independência nacional e a unidade do Estado;

b) A forma republicana de governo;

c) A separação das Igrejas do Estado;

d) Os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos;

e) Os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais;

f) A coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção;

g) A existência de planos económicos no âmbito de uma economia mista;

h) O sufrágio universal, directo, secreto e periódico na designação dos titulares electivos dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local, bem como o sistema de representação proporcional;

i) O pluralismo de expressão e organização política, incluindo partidos políticos, e o direito de oposição democrática;

j) A separação e a interdependência dos órgãos de soberania;

l) A fiscalização da constitucionalidade por acção ou por omissão de normas jurídicas;

m) A independência dos tribunais;

n) A autonomia das autarquias locais;

o) A autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Farenses enganados com falsas promessas

O PRIMEIRO ano de mandato da coligação de direita na Câmara de Faro ficou marcado pela gestão "totalitarista" de Macário Correia, que não só travou as obras do programa Polis, como também não poupou falsas promessas e enganos à população, denunciou o líder da oposição autarquia farenses, camarada João Marques, em declarações à Comunicação Social.

"Faro parou. A cidade tem piores serviços seja na biblioteca, escolas ou piscinas e alguns projectos como o Polis Ria Formosa estão largados ao abandono. A campanha foi em torno de promessas que se sabia que não iam ser cumpridas", lamentou João Marques.

O autarca socialista classificou de "totalitarista" e "obstinada" a forma como a edilidade está a ser gerida pelo Executivo da coligação PSD/CDS-PP/MPT/PPM e critica o actual presidente da Câmara Municipal de Faro por estar apenas a arranjar soluções em que sejam as pessoas a pagar, quando na sua campanha disse o contrário.

João Marques criticou também Macário Correia por não pedir responsabilidades à Sociedade "Polis Ria Formosa" sobre "a má gestão dos dinheiros públicos" e por ainda não ter feito uma única obra na cidade de Faro.

"Não se pode compreender como é que um organismo como a Sociedade Polis demore três anos para executar projectos e para aplicar uma única verba que seja na cidade de Faro, seja no parque ribeirinho, seja no acesso à praia", considerou, questionando se o dinheiro do Polis é todo dedicado ao fundamentalismo



Excesso de endividamento anterior a 2005

Entretanto, o PS/Faro atribuiu o excesso de endividamento da Câmara de Faro em 2008, na ordem dos sete milhões de euros, a responsabilidades financeiras anteriores a 2005, quando o PSD diri-

gia a autarquia.

Recorde-se que o "Diário da República" publicou, em 7 de Outubro, que a Câmara de Faro ultrapassou o limite de endividamento em 2008 em mais de sete milhões de euros.

Num comunicado enviado à Imprensa, os socialistas algarvios esclarecem que as dívidas em causa são "anteriores a Outubro de 2005 e reportam-se às obras do Mercado Municipal de Faro e Mercado Abastecedor da Região de Faro (MARF)".

"Em 2008, os custos do município, sem as empresas municipais, cumpriram os limites de endividamento", afirma o PS, acrescentando que por força da nova legislação financeira autárquica, a Câmara de Faro teve de consolidar nas suas contas para efeitos de endividamento líquido do MARF e do Mercado Municipal.

O PS indica ainda que, em Outubro de 2005, "com as responsabilidades de Executivo apoiado e com a bandeira do PSD, as obras do Mercado Municipal e do MARF estavam praticamente paradas (...) com derrapagens de milhões de euros por atraso na conclusão das respectivas obras". M.R.

e ao estudo das demolições das casas.

O camarada João Marques acusou também Macário Correia de ter mentido aos farenses ao ter-lhes prometido não subir os impostos municipais.

Segundo explicou o autarca socialista, houve, na verdade, um aumento efectivo no regulamento das taxas na área do urbanismo e na área dos serviços, nomeadamente serviços directos, como nas piscinas, onde se paga actualmente 40 euros por mês para usufruir do espaço, quando há um ano era 20 euros.

"O engenheiro Macário Correia dizia que não ia despedir funcionários da Câmara, mas já despediu 199 desde a tomada de posse e prepara-se agora para mais 200 despedimentos. Também dizia que não ia aumentar as rendas no Mercado Municipal e já subiu dois euros por metro quadrado", recordou.

Apontando que a maior parte das promessas de Macário Correia não seriam exequíveis pelo panorama financeiro da autarquia descrito por ele próprio, João Marques afirmou que "o que tivemos durante um ano foram atitudes avulsas que estão a prejudicar o município".

Jacinto Serrão alerta para esbanjamento do Governo Regional

O ESBANJAMENTO de dinheiros públicos que continua a ser feito por Alberto João Jardim e sua equipa, levou o presidente do PS/Madeira, Jacinto Serrão, a alertar a população da região autónoma a seguir com redobrada atenção as opções orçamentais do Governo Regional para 2011.

"O Governo Regional está a preparar um orçamento para 2011 e nesse Orçamento deve dizer, olhos nos olhos dos madeirenses, quais são as suas opções: ou quer aplicar medidas de austeridade para

castigar ainda mais as famílias e os trabalhadores madeirenses ou tem outras opções, cortar no despesismo que existe numa série de serviços da Administração Pública, nas obras que não são prioritárias e algumas delas não são úteis para a Região", disse o líder dos socialistas madeirenses.

Para Jacinto Serrão, "enquanto existir um euro a ser esbanjado da forma como está a ser esbanjado por estas políticas sem critério do Governo Regional PSD não deve haver lugar a mais sacrifícios aos

trabalhadores da Região Autónoma da Madeira e às famílias com grandes dificuldades".

Numa acção política realizada no dia 24, no Funchal, o presidente do PS/Madeira reiterou que os recursos da região devem ser canalizados "para o essencial, ou seja, para potenciar uma maior dinâmica na economia regional, gerar mais riqueza, gerar mais postos de trabalho e simultaneamente canalizar recursos financeiros para ajudar as famílias mais pobres e em dificuldades".

Definidas metas ambiciosas para energias renováveis



O Governo aprovou “um pacote de energia que afirma Portugal como país de referência na economia sustentável”, afirmou o secretário de Estado da Energia e Inovação, Carlos Zorrinho, no final do Conselho de Ministros de 21 de Outubro.

A META de utilização de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto de energia deverá ser, em 2020, de 31%, de acordo com um dos diplomas aprovados sobre esta matéria, no qual se determina que, também em 2020, a utilização de energia proveniente de fontes renováveis no consumo energético no sector dos transportes deverá ser de 10%.

De acordo com o Executivo, estas metas são fundamentais para alcançar três objectivos: reduzir a dependência energética do país face ao exterior para 74 % em 2020, diminuir em 25% o saldo importador energético com a energia produzida a partir de fontes endógenas e conseguir, assim, gerar uma redução de importações de 2000 milhões de euros.

As medidas possibilitarão também criar riqueza e consolidar um “cluster” energético no sector das renováveis em Portugal, assegurando em 2020 um valor acrescentado bruto de 3800 milhões de euros e criando mais 100 mil postos de trabalho a crescer aos 35 mil já existentes no sector e que serão consolidados.

Destes 135 mil postos de trabalho do sector, 45 mil serão directos e 90 mil indirectos.

“O impacto no PIB passará de 0,8 % para 1,7 % até 2020”, garante o Governo.

No âmbito deste decreto-lei cria-se ainda um mecanismo de emissão de garantias de origem para a electricidade a partir de fontes de energia renovável.

Trata-se de um instrumento que permitirá ao consumidor final comprovar a quota ou quantidade de energia proveniente de fontes renováveis presente no cabaz energético de um determinado fornecedor.

Os consumidores poderão, desta forma, escolher um fornecedor de energia com mais informação e optar por aquele que produza com mais recurso a energias renováveis, ao mesmo tempo que, os agentes no mercado poderão promover com mais facilidade os seus produtos.

Na penúltima reunião de Outubro do Conselho de Ministros foi aprovado também um outro diploma que visa incentivar a produção de biomassa, em linha com a estratégia nacional para as florestas.

A ideia é criar um quadro que permita efectivar a implementação de cerca de 12 centrais de biomassa, em zonas do interior do nosso país.

A concretização deste projecto integra as linhas de acção estabelecidas na Estratégia Nacional para as Florestas, devendo estar associadas a uma utilização eficiente de incentivos financeiros, nomeadamente através da dinamização das medidas existentes no Proder e da utilização do Fundo Florestal Permanente.

Um terceiro decreto-lei do pacote energético obriga as entidades públicas a conhecer e considerar os seus impactos energéticos e ambientais quando adquiram ou aluguem veículos, transpondo uma directiva da UE.

Esta medida tem diversas vantagens: permite reduzir a dependência energética externa de combustíveis fósseis que deterioram substancialmente a balança comercial portu-

guesa e diminuir a emissão de CO2 e a poluição atmosférica, bem como os níveis de ruído, contribuindo para a melhoria de qualidade de vida nas cidades.

Trata-se ainda de uma medida a ser implementada em linha com o Programa para a Mobilidade Eléctrica em Portugal, que estabelece o conjunto integrado de pontos de carregamento e demais infra-estruturas, de acesso público e privado, relacionadas com o carregamento de baterias de veículos eléctricos.

O programa em questão permite posicionar Portugal como pioneiro na adopção de novos modelos para a mobilidade eléctrica que forem sustentáveis do ponto de vista ambiental e que possam otimizar a utilização racional de energia eléctrica e aproveitar as vantagens da energia produzida a partir de fontes renováveis.

Já o quarto diploma aprovado pelo Governo define os requisitos de concepção ecológica de produtos relacionados com o consumo de energia, promovendo a eficiência energética.

Assim, consagra-se que os consumidores devem ser informados pelos fabricantes de como o produto pode ser utilizado de forma sustentável, bem como do perfil ecológico do mesmo, ou seja, dos meios utilizados e rejeitados (por exemplo materiais, emissões e resíduos) associados a um produto ao longo do seu ciclo de vida, que são significativos do ponto de vista do respectivo impacto ambiental.

Esta medida está também em linha com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e a Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas, contribuindo para a redução do consumo de matérias-primas e de energia, para a redução de emissão de gases com efeito de estufa e para a conservação de recursos naturais. M.R.

OPINIÃO



JOÃO SEQUEIRA
Deputado do PS

Uma nova Lei dos Solos deve incidir sobre os instrumentos de gestão territorial, as questões fiscais relacionadas com o património e ainda clarifique os níveis de responsabilidade dos diversos intervenientes no solo

UMA NOVA LEI DOS SOLOS

A Lei dos Solos, actualmente em vigor, fará 34 anos em Novembro. É por de mais evidente a sua desactualização e, fundamentalmente, a sua desadequação na resposta às novas realidades que a transversalidade do direito do solo exige.

Durante anos esta constatação foi proclamada pelos mais diversos actores (políticos, dirigentes da administração pública, académicos, técnicos e autarcas) sem resultados práticos visíveis.

Sabemos que uma intervenção legislativa no estatuto jurídico do solo, que adapte o regime jurídico às novas realidades e problemáticas da gestão do território, não é tarefa fácil. Uma iniciativa legislativa neste domínio terá que tratar questões tão importantes como a definição do estatuto do solo, do conteúdo e conformação do direito de propriedade e dos correspondentes direitos e deveres dos proprietários, e, ainda, dos direitos e deveres do Estado face aos detentores de direitos reais sobre o solo. Para mais, a referida transversalidade desta matéria implica que uma nova Lei dos Solos incida sobre os instrumentos de gestão territorial, as questões fiscais relacionadas com o património e ainda clarifique os níveis de responsabilidade dos diversos intervenientes no solo.

Perante o alargado leque de questões a tratar é por de mais evidente a importância política, social, jurídica, ambiental e económico-financeira e o enorme esforço técnico que representa um novo regime jurídico do solo.

Desta forma, o Programa do Governo estabelece que “especial atenção será dada à política de solos, através da aprovação de uma nova lei dos solos, que clarifique e regule os direitos e deveres da administração pública e dos cidadãos, em especial dos proprietários e dos outros agentes que intervêm na ocupação, uso e transformação do solo, designadamente para fins produtivos, de urbanização e de edificação. Em particular, a nova lei dos solos deverá clarificar as relações entre o direito de propriedade e o direito (e dever) de edificar, bem como entre o direito de edificar e uma repartição transparente, eficiente e justa dos custos de urbanização e das mais-valias resultantes dos processos de infra-estruturação, urbanização e edificação. Uma nova política de solos deverá, ainda, procurar conciliar os objectivos de salvaguarda do solo vivo como recurso ambiental e produtivo, escasso e não renovável com a oferta do solo urbano necessário ao desenvolvimento económico e social”.

Seguindo esta orientação, o Governo lançou recentemente um conjunto de iniciativas tendo em vista a apresentação, na Assembleia da República, no primeiro trimestre de 2011, de uma proposta de Lei dos Solos.

Assim, será efectuado um debate alargado sobre esta temática, serão adjudicados cinco estudos de enquadramento (direito comparado, repartição de mais-valias, implicações económicas das mais-valias, relação da lei dos solos com outros regimes legais, relação com o sistema de gestão territorial e a regulação do preço dos solos) e um grupo de trabalho elaborará a proposta de lei.

Estamos perante uma importante iniciativa do Governo, cuja concretização será decisiva para a prossecução da sua política dos solos. Há muito que Portugal necessita de uma nova Lei dos Solos!

Portugal eleito para o Conselho de Segurança das Nações Unidas

Portugal foi eleito para membro não permanente do Conselho de Segurança (CS) da ONU para o biênio de 2011/12.

Esta é a terceira vez que o país tem assento no CS, o órgão das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais, depois de já ter passado por aquele lugar nos biênios de 1979/80 e 1997/98.

PARA o primeiro-ministro esta eleição representa um momento de “afirmação e êxito” para a diplomacia portuguesa, e a constatação do “ciclo de reforço” da influência de Portugal na cena internacional.

Depois de saudar os restantes membros eleitos (Alemanha, Colômbia, África do Sul e Índia), o chefe do Governo português dirigiu um particular agradecimento aos que, em Nova Iorque ou em Lisboa, trabalharam e se envolveram ao longo dos últimos anos nesta campanha de afirmação do país.

Sócrates sublinhou ainda que esta eleição “confirma e, de certa forma, afirma a política externa num ciclo de reforço da posição e da influência portuguesa no concerto da política internacional”, dando os exemplos recentes das presidências portuguesas da União Europeia, da CPLP, da Conferência Ibero-Americana e das Comunidades das Democracias, ciclo que se concluirá no final do

ano com realização em Portugal da cimeira da NATO.

Falando dos desafios que o país e a sua diplomacia vão enfrentar com esta eleição, o primeiro-ministro lembrou que muitos dos reptos colocados “confundem-se com a nossa própria política externa”, em áreas tão importantes como a “defesa da paz, da resolução pacífica dos conflitos, ou a afirmação do multilateralismo como forma de regulação das principais questões que se colocam ao mundo”.

Também o ministro dos Negócios Estrangeiros salientou a importância desta eleição, lembrando que o resultado expressivo alcançado resultou de uma “corrida muito disputada” em que a diplomacia portuguesa trabalhou “até ao último dia”.

Luís Amado considerou que esta vitória da diplomacia portuguesa resultou de um trabalho árduo desenvolvido por uma equipa qualificada e que implicou, entre outras tarefas,



gizar um conjunto de contactos e de reuniões com um número considerável de governos, tendo em vista recolher os necessários apoios.

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação garantiu, por sua vez, que Portugal vai assumir uma postura de “diálogo muito estreito” enquanto membro não permanente do CS das Nações Unidas, designadamente com os grupos regionais e temáticos, esperando que a sua voz possa ser ouvida “sobretudo nas questões relacionadas com África”, pelo seu conhecimento e ligação ao Continente, “com evidentes vantagens naturais comparativas”.

Para Cravinho, trata-se de uma vitória tanto ou mais significativa, quanto se reconhece que Portugal constitui há muito um “construtor de pontes com capacidade largamen-

te demonstrada de desenvolver o diálogo com as mais variadas partes do mundo”.

Felicitações vieram de muitos lados

Manuel Alegre, candidato apoiado pelo PS às presidenciais de 2011, manifestou o seu apoio a esta eleição, afirmando tratar-se de “uma vitória da diplomacia portuguesa”.

Segundo Alegre, este lugar conquistado por Portugal de membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biênio de 2011/2012, muito se deve também “à sua história, língua e à relação que soube estabelecer, através dos tempos, com os povos de diversos continentes”. Uma vitória que, em sua opinião, vem confirmar que Portugal “pode ser um

actor global” e ter uma capacidade política e diplomática, “superior ao seu peso demográfico e à sua dimensão territorial”.

Também o ex-Presidente da República Jorge Sampaio manifestou o seu contentamento por este resultado, elogiando a diplomacia portuguesa, afirmando que esta eleição para o órgão executivo mais importante da ONU “abre perspectivas de afirmação internacional muito positivas” para o país.

Igualmente elogiosa foi a intervenção no plenário da Assembleia da República do deputado socialista Paulo Pisco, que realçou o “orgulho” do PS nesta eleição para o Conselho de Segurança, afirmando tratar-se de um “sinal inequívoco” da consideração e respeito que a comunidade internacional tem por Portugal, uma eleição que, frisou, veio desmentir todos os que insistem em ver Portugal como “periférico e sem influência”.

Do estrangeiro vieram as felicitações, entre outras, do ex-alto representante da União Europeia para a Política Externa, Javier Solana, que depois de felicitar Portugal por “esta votação extraordinária”, disse que ser membro do Conselho de Segurança neste momento “é muito importante pelos temas muito sérios que estão em discussão”, afirmando-se muito “tranquilo com a presença de Portugal no Conselho”. **R.S.A.**

Reforçadas relações comerciais luso-venezuelanas

Portugal e Venezuela assinaram um conjunto de acordos no âmbito da construção naval, da habitação social e das novas tecnologias durante a visita relâmpago que o Presidente Hugo Chávez realizou ao nosso país.

SEGUNDO o primeiro-ministro, José Sócrates, a visita do Presidente venezuelano aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) constitui “um contributo para a economia e o emprego” e é “um grande dia para as relações entre os dois países”.

Em declarações à Imprensa, Sócrates recordou que a cooperação económica entre Portugal e a Venezuela é actualmente “muito intensa” e “evoluiu muito nos últimos anos”, nos quais foram assinados, disse, vários contratos em vários sectores.

“Em 2007, as exportações portuguesas para a Venezuela eram de 17 milhões de euros, praticamente inexistentes. Em 2009 eram já de 122 milhões de euros. Este ano, de Janeiro a Agosto, já vendemos para a Venezuela cerca de 100 milhões de euros”, referiu, recordando de seguida que a relação entre os dois países é sempre marcada

por uma “particularidade: há cerca de 500 mil portugueses que trabalham e vivem na Venezuela. E isto tem de estar sempre presente nas relações mútuas”.

Além disso, frisou Sócrates, “o desenvolvimento da cooperação económica registado nos últimos dois anos honra a amizade histórica entre os dois países e os dois governos”.

José Sócrates falava em Viana do Castelo, numa cerimónia em que, na presença do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, foram assinados vários acordos de cooperação económica entre os dois países.

Um dos acordos diz respeito à construção, nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) de dois navios asfalteiros para a Venezuela, num negócio que ronda os 130 milhões de euros.

“São navios de última geração, de grande exigência tecnológica, num

contrato da maior importância para os estaleiros e para a economia portuguesa”, referiu o primeiro-ministro.

Outro acordo tem a ver com a construção, pelo Grupo Lena, de 12.512 habitações sociais e três fábricas de casas pré-fabricadas, um negócio calculado em 682 milhões de euros.

De destacar igualmente a assinatura de um memorando de entendimento para o fornecimento à Venezuela de mais 1,5 milhões de computadores “Magalhães” nos próximos três anos e de outro memo para a cooperação energética e para a constituição de uma empresa mista de transporte e liquidação de gás natural, sendo a Galp o parceiro português.

Para Sócrates, estes acordos significam “um grande desenvolvimento” da cooperação económica entre Portugal e a Venezuela.

Durante a visita do Presidente vene-



zuelano, o primeiro-ministro dirigiu-se a Hugo Chávez como “prezado amigo” e aproveitou para lhe agradecer por estar sempre “na linha da frente” na defesa dos interesses dos portugueses radicados na Venezuela.

Sempre num tom informal, a conversa entre os dois líderes manteve-se bem disposta.

Na fábrica de torres eólicas da Enercom o primeiro-ministro explicou a Hugo Chávez que Portugal está “no lote dos países do mundo com mais energias renováveis”.

E sublinhou a rapidez com que a produção de energia eólica pode ser instalada no terreno, lembrando que há apenas quatro anos “nada disto existia”.

“Uma revolução”, disse Sócrates,

apontando que ela abrangeu não só a produção de energia eólica, como o próprio fabrico das torres e geradores necessários.

Chávez, por sua vez, agradeceu a José Sócrates por ter potenciado a abertura de relações comerciais entre os “dois países irmãos” e elogiou de seguida “o grande contributo de Portugal para o desenvolvimento do mundo” em termos de energias renováveis.

O Presidente Chávez considerou mesmo “impressionante” que as renováveis produzam 60% da electricidade portuguesa.

“Este tipo de energia é o futuro. Alguém dia há-de acabar o petróleo neste planeta e temos de começar a prepará-lo para a era pós-petrolífera”, declarou o chefe de Estado venezuelano. **M.R.**

Momento para pensar no país e nas pessoas



“Esta candidatura tem de ser de inclusão, tem de servir para unir, somar e crescer. Se nos unirmos, se nos mobilizarmos, se acreditarmos, a vitória é possível”, declarou o candidato a Presidente da República Manuel Alegre, para quem o actual momento de crise que o país atravessa exige total sentido de Estado por parte dos responsáveis políticos e a criação de uma nova dinâmica para derrotar a direita, visando defender o Serviço Nacional de Saúde, a segurança social, a escola pública e o conceito de justa causa para despedimento.

MARY RODRIGUES

AO DISCURSAR na inauguração da sede da sua candidatura presidencial, na rua Marquês de Fronteira, em Lisboa, cerimónia que contou com a presença do presidente do PS, Almeida Santos e de mais de uma dezena de deputados socialistas, entre um grande número de simpatizantes, o candidato presidencial apoiado pelo PS mostrou-se convicto de uma passagem à segunda volta eleitoral, até porque, sublinhou, “em todas as sondagens a tendência é a mesma: Cavaco a descer, nós a subir”.

Após inaugurar formalmente aquele que classificou como “um espaço de mobilização e cidadania”, Alegre disse que quem votar nele votará em “alguém que sabe que a palavra é uma força de inspiração dos povos e que é a palavra, e não a gestão ou cálculo dos silêncios, que deve ser a principal arma de um Presidente da República”.

E afirmou: “comigo na Presidência da República nenhum governo porá em causa o Serviço Nacional

de Saúde, a escola pública, a segurança social e o conceito de justa causa”.

Na sua intervenção, Manuel Alegre referiu-se ao actual momento político do país e à conjuntura de crise económica e financeira a nível mundial.

“Sei que o país atravessa uma grave crise, não só financeira, social e política, mas também de confiança. Não sou procurador de ninguém e não vou dizer o que devem fazer aqueles que têm a responsabilidade democrática de intervir e decidir”, começou por dizer, antes de vincar que “este é um momento que exige sentido de Estado, de responsabilidade nacional, mas também e sobretudo, de sensibilidade social e um sentido apurado de solidariedade e justiça”.

Segundo o candidato presidencial, é “um daqueles momentos em que se exige que os responsáveis políticos sejam capazes de pensar menos em si próprios e mais no país e nas pessoas”.

“Este é também o momento de criar uma dinâmica social e política capaz de despertar as energias necessárias para derrotar a direita

e dar uma nova esperança a Portugal”, sustentou.

Dirigindo-se directamente ao presidente do PS, Almeida Santos, que se encontrava sentado na primeira fila, sublinhou o carácter independente da sua candidatura presidencial.

“Quem vota em mim vota em alguém que é independente e tendo, embora, uma filiação partidária, sempre soube afirmar essa independência, mesmo em relação ao seu próprio partido. Almeida Santos que o diga”, disse, numa nota de humor, provocando risos na sala.

Falando com os jornalistas, já no final da sessão, Alegre apelou mais uma vez à transparência e à igualdade de meios entre os candidatos presidenciais.

“Temos de ficar numa posição de igualdade, porque todos os actos que praticamos, todas as despesas que fazemos, nós candidatos, são obrigatoriamente declaradas, mas o Presidente da República tem estado bastante em campanha eleitoral”, apontou, referindo-se em tom crítico às múltiplas visitas feitas pelo chefe de Estado nos últimos tempos.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA
S. João da Madeira

Ser socialista hoje passa também por recordarmos o caminho percorrido e acenarmos com orgulho e sem complexos o trabalho feito nos últimos anos e os resultados alcançados

O BRAÇO ESQUERDO VAI DOER MAS NÃO VAI PARTIR!

DECORRERAM por todo o país os congressos distritais do Partido Socialista, onde se iniciaram os mandatos das novas lideranças e se elegeram as novas estruturas distritais do nosso partido. Isto numa altura em que se adivinham tempos de grande exigência, de enorme coragem e responsabilidade.

No meu congresso, o de Aveiro, dei nota de três desafios que, do meu ponto de vista, marcarão decisivamente o mandato das lideranças que agora se iniciam. De facto, estou convicto que tais desafios se colocarão a todas as estruturas do PS a nível nacional, pelo que resolvi partilhar esta reflexão aqui no nosso “Acção Socialista”.

Em primeiro lugar, vamos ter já no início de 2011 o primeiro combate eleitoral, as eleições presidenciais, que deverá contar com o nosso total empenho e mobilização. Na verdade, não gostaria de ver elementos do PS fazerem à candidatura de Alegre apoiada formalmente pelo PS aquilo que há quatro anos atrás alguns, dentro do nosso PS, fizeram à candidatura apoiada pelo PS protagonizada por Mário Soares. O que está em causa é demasiado importante! São duas visões do mundo completamente diferentes e dois modelos de sociedade diametralmente opostos. Alegre é o candidato que melhor representa a matriz ideológica do nosso partido, que melhor defende os nossos valores.

Em segundo lugar, temos já na calha o processo das próximas autárquicas, previstas para 2013. Aparentemente ainda falta muito tempo. No entanto, as bases das candidaturas, principalmente nos concelhos em que somos oposição, devem ser lançadas desde já. O Partido Socialista deve apresentar-se em todo o país com candidaturas vencedoras porque não tenhamos quaisquer dúvidas: para pormos em prática os valores que defendemos e os ideais em que acreditamos precisamos de ganhar mais Câmaras, precisamos de ter a confiança de cada vez mais portugueses. Nós sabemos fazer, nós sabemos fazer bem mas para fazermos precisamos de ganhar eleições. As palavras-chave: trabalho persistente, visão estratégica e antecipação.

Em terceiro lugar, diria que os próximos meses vão ser muito duros sob o ponto de vista político. Estão a ser pedidos sacrifícios bastante significativos às pessoas e às empresas e nunca foi tão importante estarmos mobilizados, com sentido de responsabilidade e vigilantes em relação ao que vai acontecendo no país, mais concretamente com os mais desfavorecidos. O PS nunca foi um partido que se reduzisse à identificação dos problemas. O PS sempre fez parte das soluções e nesta fase particularmente difícil, nunca foi tão importante a defesa do Estado Social. Sabemos bem que na política quem ganha é quem marca o último gol e não quem marca mais golos.

E por isso haverá quem faça tudo para que os portugueses esqueçam o passado recente e os progressos alcançados no país. Ora, ser socialista hoje passa também por recordarmos o caminho percorrido e acenarmos com orgulho e sem complexos o trabalho feito nos últimos anos e os resultados alcançados.

Assim, é importante termos em conta a reforma da Segurança Social e os passos importantes que foram dados na consolidação do SNS. É fundamental que não esqueçamos as reformas realizadas na educação: hoje temos inglês no 1º ciclo, temos aulas de substituição, temos a rede do pré-escolar mais alargada, temos escolas mais modernas, quer no seu espaço físico quer em termos de equipamentos tecnológicos disponíveis, temos maior igualdade de oportunidades no acesso às tecnologias através dos programas e.escola e e.escolinha.

Não ignoremos os progressos na ciência, onde pela primeira vez atingimos o referencial de 1% do PIB investido em investigação e desenvolvimento. Não deixemos cair em esquecimento os passos importantes dados em matéria de Inovação: Portugal integrou pela primeira vez o grupo dos países moderadamente inovadores e, entre 2007 e 2009, progrediu seis lugares no ranking europeu de Inovação. Tenhamos em conta que a Balança Tecnológica foi pela primeira vez positiva em 2007, repetindo esta tendência em 2008 e 2009, que nunca se apoiou tanto a política industrial portuguesa e nunca se deu tanta importância à diplomacia económica. Temos que ter sempre presente os passos importantes que foram dados em matéria de energias renováveis e que vieram reduzir a nossa dependência energética. Será fatal não nos lembrarmos dos progressos na modernização da Administração Pública: somos o 1º da UE27 no ranking europeu da Disponibilização e Sofisticação dos Serviços Públicos online. Hoje, mais de 80% dos cidadãos entregam a sua declaração de IRS pela via electrónica, já se abre um empresa em Portugal em menos de uma hora e temos a informação empresarial Simplificada que poupa tempo e dinheiro às nossas empresas.

Há muita coisa que, de facto, nos deve orgulhar. Mas lembremo-nos ainda da intervenção decisiva do PS em causas fracturantes como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a interrupção voluntária da gravidez, se bem que outras duas lutas importantes estão já à porta: a defesa do alargamento da escolaridade obrigatória para os 12 anos e a da protecção dos trabalhadores face à investida desenfreada do PSD à liberalização selvagem dos despedimentos.

De facto, ser do PS ou ser do PSD não é a mesma coisa. Cabe-nos a nós, militantes, agitarmos todos os dias essas diferenças. O braço esquerdo vai doer mas não vai partir!

Socialistas foram às urnas escolher direcções federativas

SETE NOVAS lideranças é o primeiro dado objectivo a retirar das eleições que decorreram nos passados dias 8 e 9 de Outubro para a escolha dos presidentes das federações, assim como a eleição dos delegados aos congressos distritais.

DESDE logo, na FAUL onde Marcos Perestrello, obteve 50,77% dos votos, impedindo assim a reeleição de Joaquim Raposo, presidente do município da Amadora, que alcançou 47,49%. A outra candidatura à liderança desta Federação, encabeçada por António Brotas, recolheu apenas 1,14% do total do escrutínio. No congresso da FAUL foi apresentada lista única à Comissão Política.

Em Coimbra, Mário Ruivo foi o protagonista de outra vitória inesperada, tendo obtido 50,5% dos votos, contra os 49,5% alcançados pela lista liderada por Vítor Baptista, que se recandidatou à presidência desta Federação.

No Porto, o deputado Renato Sampaio, com 54,6% dos votos saiu vencedor, ultrapassando José Luís Carneiro, autarca de Baião, que alcançou 44,71% dos votos.

Em Évora, o eurodeputado Capoulas Santos sucedeu a Norberto

Patinho, com 98,89% dos votos, tendo a sua lista eleito os 71 membros para a Comissão Política Distrital.

Em Portalegre, outra das federações onde houve substituição de liderança, Jorge Jesus Martins, que trocou o lugar com Rui Simplicio, recolheu 95,25% do total da votação, tendo a sua lista eleito os 61 membros da Comissão Política Distrital.

Em Viana do Castelo, onde também se assistiu à renovação de liderança, José Vaz Carpinteiro recolheu na eleição para a Federação 96,27% dos votos, enquanto em Viseu a vitória foi de João Azevedo que obteve 98,39% do total dos votos expressos. Em Aveiro, Pedro Nuno Santos, ex-líder da JS e ex-deputado, ganhou as eleições para a Federação, substituindo no cargo o deputado Afonso Candal, que não se recandidatou, tendo obtido 53,30% dos votos contra 34,68%



da lista liderada por Fernando Mendonça e 10,92% de Adriano Martins.

Na Federação de Setúbal, onde a liderança foi disputada por três candidatos, Vítor Ramalho, que se recandidatou, ganhou com 59,24% dos votos, derrotando Luís Ferreira, ex-presidente da Concelhia do Barreiro, que obteve 29,96% e Paulo Lopes, ex-vereador da Câmara

Municipal de Setúbal, que recolheu 10,80% dos votos.

Nas restantes federações os resultados deram a vitória às listas lideradas por Joaquim Barreto, em Braga, com 98,37%, Mota Andrade, em Bragança, com 97,13%, José Albano, na Guarda, com 95,58%, João Paulo Pedrosa, em Leiria, com 93,03%, Rui Prudêncio, na Federação Regional do Oeste (FRO),

com 97,39%, Rui Santos, em Vila Real, com 94,08%, Luís Ameixa, na Federação do Baixo Alentejo, com 98,98%, Miguel Freitas, no Algarve, com 90,98%, Paulo Fonseca, em Santarém, com 93,92%, e Joaquim Morão, em Castelo Branco, com 97,83% dos votos.

Líderes nacionais marcam presença

Foram vários os dirigentes nacionais do PS que participaram nos diferentes congressos federativos com João Soares no Algarve, Paulo Campos, em Aveiro, Ana Paula Vitorino, no Baixo Alentejo, Francisco Assis em Braga e em Bragança, Augusto Santos Silva em Coimbra, Capoulas Santos em Évora, Maria de Belém na FRO, a ministra da Saúde, Ana Jorge, na Guarda, Idália Moniz em Leiria, Carlos Zorrinho em Portalegre, Edite Estrela em Santarém, Jorge Lacão em Setúbal, Laurentino Dias em Viana do Castelo, Pedro Silva Pereira em Vila Real e Helena André em Viseu. O secretário-geral, José Sócrates, marcou presença no Porto e no encerramento do Congresso federativo de Vila Real. **R.S.A.**

CRISE NÃO PODE SER PRETEXTO PARA ATACAR O PAPEL DO ESTADO

“QUE ninguém pense que se poderá aproveitar da crise para atacar o Estado”, porque o PS “vai manter-se firme na defesa dos serviços públicos”, designadamente na Educação e na Saúde, defendeu o secretário-geral no encerramento do XIV Congresso da Federação do PS/Porto, onde Renato Sampaio foi reconhecido na liderança.

Dirigindo-se aos partidos da direita, José Sócrates advertiu que se querem aproveitar a crise como pretexto para atacar o Estado e para realizar aquilo que foram sempre os seus intentos, “mais ou menos disfarçados”, não o conseguirão porque o Partido Socialista “manter-se-á firme” na defesa dos princípios constitucionais garantindo que os serviços públicos “assegurem a igualdade” entre todos os portugueses.

Este é um partido, enfatizou o secretário-geral, “que quer servir o país e no qual se pode ter confiança” porque tem sabido demonstrar em todos os momentos que é capaz de assumir responsabilidades, que não vira a cara às

dificuldades e que nunca deixa de tomar as medidas que são necessárias para servir o interesse geral.

Sobre o Orçamento do Estado para 2011, o líder socialista reforçou a ideia de se tratar de um instrumento fundamental, considerando que a sua aprovação colocará Portugal ao abrigo da turbulência financeira internacional.

Este Orçamento, sustentou, representa também, e por outro lado, “maior segurança para as empresas e para as famílias”, criando condições para uma mais fácil e adequada obtenção de crédito, ajudando deste modo ao desenvolvimento da economia e à criação de emprego.

A maior ameaça à economia portuguesa, reforçou, era “ficarmos de braços cruzados, como alguns advogam, e nada fazermos para pôr as contas públicas em ordem”. O PS e o Governo, garantiu, não pensam assim.

“Somos um partido com responsabilidade, um partido que faz aquilo que deve fazer, que não

pensa nos seus interesses, que não faz cálculos e que não deixa o país nas incertezas e que toma as decisões em função daquilo que legitimamente considera ser o interesse geral”.

No final da sua intervenção no Congresso do Porto, José Sócrates avisou que o PS “não desiste daquilo que é a sua visão para a modernização do país”, recordando que a igualdade de oportunidades, constitui desde sempre, “um dos princípios básicos da luta dos socialistas”.

OE defende o país da turbulência

Já em Vila Real, o secretário-geral começou por congratular-se com a reeleição de Rui Santos assegurando que a sua liderança “tem sido a mais adequada para dirigir os destinos do PS no distrito”, estendendo as suas felicitações ao presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, Francisco Ribeiro “pelo excelente trabalho que está a realizar no seu concelho”.

Reiterou depois que o Orçamento do Estado para 2011, é o que melhor “defende” e “abriga” o país da “turbulência” e das “tempestades financeiras”, reconhecendo, contudo, que ele reúne um conjunto de medidas difíceis, todavia indispensáveis para “colocar Portugal fora da crise da dívida soberana”.

Para o líder socialista, trata-se de um documento que exige coragem, decisão, vontade e energia, declarando ser este o momento para que todos aqueles que ocupam lugares de responsabilidade “respondam também perante o futuro do país”.

O secretário-geral recorreu por fim à história do partido para referir que o PS hoje, tal como no passado, “não teme tomar as medidas necessárias para ultrapassar os problemas”, recordando que já no passado os governos liderados pelo então primeiro-ministro Mário Soares foram capazes de olhar primeiro para os interesses do país e menos para as conveniências partidárias. **R.S.A.**

Accção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N.º 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa